



**SIMULAÇÃO DA
ORGANIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS
- 10ª Edição -**

**GUSTAVO ESTEVES
LEANDRO COURAS
PALOMA GONZALEZ
RENATA DIAS**

**CONSELHO DE
SEGURANÇA**

Sumário

1)Carta de Apresentação.....	4
2)Histórico do Comitê	5
2.1)Estrutura.....	6
2.2)Competências.....	7
3)TÓPICO 1: A QUESTÃO DA LÍBIA	8
3.1) Histórico.....	8
3.2)O Governo Kadafi	9
3.3)Motivos para a insurgência na Líbia	13
3.4)Intervenção na Líbia	15
3.5)Problematização.....	18
3.6)O que uma resolução deve conter	19
4)TÓPICO 2: A QUESTÃO DA SÍRIA	20
4.1)Histórico da Síria.....	20
4.2)Insurgência na Síria.....	25
4.3)Fatores que dificultaram a Revolta Síria.....	27
4.4)Fatores que favoreceram a Revolta Síria.....	30
4.5)Fatores que dificultam o sucesso da revolta na Síria	31
4.6)Problematização.....	33
4.7)O que uma Resolução deve conter	35
5)TÓPICO 3: A QUESTÃO PALESTINA.....	35
5.1)Histórico	35
5.2)Problematização.....	45
5.2.1)A criação do Estado Palestino e o seu reconhecimento	46
5.2.2)O reconhecimento ou o restabelecimento de relações com Israel	47
5.2.3)O status de Jerusalém	48
5.2.4)As fronteiras e os assentamentos.....	48
5.2.5)A questão dos refugiados	48
5.2.6) Controle pela água	49

6) Bibliografia	50
7) ANEXOS	56
7.1) Anexo 1	56
7.2) Anexo 2	62
7.3) Anexo 3	63
7.4) Anexo 4	63
7.5) Anexo 5	64

1) Carta de Apresentação

Caros Delegados,

E com imenso prazer que recebemos e desejamos a todos as boas vindas para a nossa décima Simulação das Nações Unidas (SiONU), no Conselho de Segurança.

O nosso foco com esse guia de estudos e orientá-los no sentido de buscar a compreensão e a melhor discussão possível no Conselho de Segurança da SiONU, entendendo a complexidade do assunto pautado, assim como levando em consideração as políticas e os objetivos a serem praticados e alcançados por cada país de acordo com seu respectivo interesse.

O Conselho de Segurança é tido como o principal comitê das Nações Unidas. Isto por que, o encontro de seus membros ocorre em situações emergenciais, sobre assuntos que trazem, de uma maneira geral, alguma ameaça a Segurança Internacional, podendo, a reunião, ter conseqüências que vão desde recomendações até mesmo, a intervenção militar.

Este ano, estamos tratando três temas: Revoltas no Mundo Árabe - A Questão da Líbia e da Síria e a Criação do Estado da Palestina. Espera-se dos senhores que as visões sobre cada tema sejam bem fundamentadas e definidas, de maneira clara durante as sessões do comitê, uma vez que os temas exigem uma abordagem e postura completamente diferente dentro dos dois casos.

Ainda, contamos com um debate de alto nível acadêmico, exigindo dos senhores, um preparo além do guia de estudo, ou seja, uma busca rigorosa por informação tanto do assunto, quanto de suas políticas externas e dos demais países membros do comitê deste ano.

Lembramos que desde já, estaremos sempre a disposição dos senhores para informá-los ou ajudá-los no que for necessário. Sabendo que podemos contar com o empenho de todos,

Cordialmente,

Leandro Couras,
Paloma Gonzalez,
Renata Dias

2) Histórico do Comitê

Fundamentado nos princípios de seu precursor, a Liga das Nações, que surgiu após a Primeira Guerra Mundial a partir Tratado de Versalhes, a expressão “Nações Unidas”, cunhada pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), foi utilizada pela primeira vez na “Declaração das Nações Unidas”, em 12 de janeiro de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, quando representantes de 26 nações expressaram a intenção de continuar lutando contra os países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália). Poucos anos depois, líderes da China, da ex-União Soviética, da França, do Reino Unido e dos Estados Unidos esboçaram uma proposta de estatuto para uma organização internacional de Estados.

A Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu oficialmente em São Francisco no dia 24 de outubro de 1945, data de promulgação da “Carta das Nações Unidas”, uma espécie de Constituição da entidade, assinada na época por 51 países.

Os propósitos e princípios da ONU são, de um modo geral, manter a paz e a segurança internacional, desenvolvendo relações amistosas entre as nações e promovendo uma cooperação global para resolver problemas internacionais¹.

Inserido no contexto de uma nova ordem mundial, a ONU passa a ter a característica de evitar uma guerra de proporções mundiais, sendo reconhecida como um órgão central, representada pela sua universalidade e competências esclarecidas em sua carta constituinte.

Assim sendo, para que ocorra a solução de conflitos através da cooperação, torna-se necessário o comprometimento dos Estados em viabilizar a manutenção da segurança internacional bem como garantir a não utilização das forças armadas, salvo em caso de interesse comum, assegurando o desenvolvimento social e econômico das nações.

¹ Artigo 1 da Carta das Nações Unidas

2.1) Estrutura

A Carta das Nações Unidas destinou ao Conselho de Segurança quatro capítulos: V, VI, VII e VIII. A maior ênfase foi dada ao princípio da segurança coletiva. Dentre suas particularidades, a abrangência de suas decisões - atingindo a todos os países membros e não membros da ONU - e o compromisso de reunir-se sempre que necessário, já que delibera sobre assuntos emergenciais.

O Conselho de Segurança é composto por quinze Estados, sendo cinco membros permanentes e dez não permanentes. Os cinco permanentes são: a República Popular da China, a República Francesa, a Federação Russa, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. Atualmente, os dez países membros não permanentes são: República da África do Sul, República Federal da Alemanha, República da Colômbia, República da Índia, República Portuguesa, República Federal da Bósnia e Herzegovina, República Federativa do Brasil, Japão, República Gabonesa, República do Líbano e República Federal da Nigéria.

A Assembléia Geral é encarregada em eleger os dez membros não permanentes do Conselho de Segurança, levando em consideração a contribuição dos membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais, propósitos da Organização, e também a distribuição geográfica equitativa. Os membros não permanentes do Conselho de Segurança são eleitos por um período de 2 anos. Cada membro não permanente tem direito a um voto e os membros permanentes possuem direito ao voto especial. Dessa forma, uma resolução só poderá ser aprovada caso todos os membros permanentes sejam a favor.

Atualmente, o Conselho de Segurança é tido como o órgão mais importante das Nações Unidas, uma vez que através de suas decisões, pode estabelecer qualquer medida, até mesmo, intervenções militares nos países em litígio quando necessário.

2.2) Competências

Em conformidade com as suas responsabilidades em garantir a segurança internacional, e, baseado nos princípios da Carta das Nações Unidas, este comitê exerce uma função principal dentro da estrutura da Organização.

No exercício desta atribuição, o Conselho de Segurança pode dirigir recomendações aos Estados em litígio, para a solução pacífica dos conflitos ou casos de ameaça à paz; e pode ainda formular recomendações ou tomar decisões que podem acarretar na intervenção de forças armadas nos países que estão em disputa.

Assim, de acordo com a Carta das Nações Unidas, em seu artigo 24, as funções do Conselho de Segurança são: manter a paz e a segurança internacionais conforme os propósitos e princípios das Nações Unidas; investigar toda e qualquer situação que possa ensejar conflito internacional; recomendar métodos de ajustes de controvérsias e condições para acordo; elaborar planos para o estabelecimento de um sistema que regula os armamentos.

Além dessas: determinar se existe uma ameaça à paz ou um gesto de agressão e recomendar que medidas devem ser tomadas; impor aos seus membros que adotem sanções, que não o uso da força, para deter a agressão; empreender ação militar contra um agressor; recomendar o ingresso de novos membros. Pode ainda, junto com a Assembléia Geral, exercer sua competência nos casos de exclusão, suspensão e admissão de novos membros, eleições dos juízes da Corte Internacional de Justiça, bem como na designação do Secretário-Geral e emenda à Carta.

O Conselho de Segurança deve buscar a solução pacífica das controvérsias, através da forma mais apropriada, seja ela a negociação, investigação, mediação, conciliação ou solução judicial. O Conselho tem a competência para agir por conta própria, seja a pedido de qualquer membro da ONU, seja em decorrência de iniciativa do Secretário-Geral (art. 34).

3) TÓPICO 1: A QUESTÃO DA LÍBIA

3.1) Histórico

A Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista conhecida como Líbia, sempre ocupou uma posição intermediária nas relações político-econômicas do Norte da África. Sua situação fronteiriça com o Egito faraônico tornou-a participante ativa do clima cultural local. Entretanto, mesmo que duas dinastias líbias tenham governado o Egito entre os séculos X e VIII a.c., isso não se traduziu na formação de um Estado unificado. O nascimento de outro pólo político-econômico na sua fronteira ocidental, o Império Cartaginês e, posteriormente, o Império Romano, acentuou essa bipolaridade.

O desenvolvimento comercial, marítimo e, conseqüentemente, da pirataria, transformou Trípoli num dos principais portos do Mediterrâneo, o que acabou por determinar intervenções européias, as quais, em seguida, determinariam a intervenção do sultão turco. Em 1551, Solimão I, o Magnífico, incorporou a região ao Império Otomano. Contudo, com o enfraquecimento da autoridade central, os governadores locais adquiriram cada vez mais autonomia, dando nascimento a projetos independentistas. No começo do século XIX, a pirataria também foi pretexto para a primeira intervenção militar das forças norte-americanas no exterior. Os Estados Unidos bombardearam Trípoli em 1804.

Em 1837, Mahamd al-Sanusi fundou uma fraternidade muçulmana clandestina, conhecida como Sanusiya, que se dedicou a promover a resistência contra o governo turco, atuando também no Egito. Porém, o principal inimigo passou a ser outro: ante a decadência do Império Otomano, a Itália declarou guerra contra os turcos em 1911, pela posse da Líbia, ocupando todo o seu litoral. Com o começo da Primeira Guerra Mundial, a presença italiana ficou reduzida aos portos de Trípoli e de Homs, ao passo que o restante do território se mantinha virtualmente independente. Terminada a guerra, a Itália que enfrentar uma resistência armada na Líbia, chefiada por al-Muktar. Somente em 1931, com a captura e o enforcamento de al-Muktar, a Itália foi capaz de controlar o território, incorporando-o a sua jurisdição.

Instalados no Egito e na Tunísia, os sanusiyas se mantiveram ativos e cooperaram com os aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Terminado o conflito, o país foi dividido em

uma zona de administração inglesa, Tripolitania e Cirenaica, e outra de administração francesa a partir do Chade, Fezzan. Em 1949, por decisão da ONU, as duas partes se uniram, formando o Reino Independente da Líbia, cujo trono foi ocupado por Idris Al-Sanusi.

Em 1º de setembro de 1969, iniciou em Sebha uma insurreição que rapidamente derrotou a monarquia. Em 1969 o coronel Muammar al-Kadafi, líder do Movimento dos oficiais livres, tira do poder o rei Idris I. Kadafi acaba com a Constituição vigente, põe fim à monarquia, entra com novas propostas de reforma agrária, privatiza os bancos internacionais e petrolíferos e inicia uma marcha contra presenças estrangeiras no território.

3.2) O Governo Kadafi

O Conselho de Comando Revolucionário, dirigido por Kadafi e integrado por doze oficiais do exército, proclamou-se muçulmano, nasserista² e socialista. Eliminou as bases militares norte-americanas e inglesas, impuseram limitações drásticas a atividade das quase 60 empresas transnacionais que atuavam no país e assumiu o controle da produção de petróleo, sem romper totalmente com as companhias estrangeiras. Em 1971 fundou o único partido Líbio: União Socialista Árabe.

Em 1977, a Líbia, passou a se chamar Yamahiriya³ Árabe Popular e Socialista. Criou-se o Congresso Geral do Povo adquirindo funções de parlamento. Apesar do Kadafi ter obtido resultados amplamente positivos no plano interno, no âmbito diplomático os sucessos não foram semelhantes.

A Líbia passou a apoiar o radicalismo árabe, baseada em uma política de confronto com o Ocidente e aproximação com a União Soviética. A partir de 1980, a diplomacia líbia desenvolveu uma grande atividade na África subsaariana e na América Latina. Apoiou os guerrilheiros da Frente Polisario e participou diretamente da guerra civil no Chade, em defesa do Governo Transitório de União Nacional (Gunt). Através de uma ampla campanha publicitária internacional, Reagan vinculou Kadafi com o terrorismo internacional. Em agosto de 1981, dois aviões líbios foram derrubados pela Sexta Frota norte-americana no Golfo de Sidra.

² O Nasserismo é uma ideologia política baseada nos pensamentos do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser.

³ Yamahiriya é um neologismo que significa “Estado das Massas”.

Em 1982, como medida punitiva ao suposto patrocínio a grupos terroristas árabes, o governo norte-americano proibiu a importação de petróleo da Líbia. Em 1986, após o atentado a bomba a uma dicoteca em Berlim, provocando a morte de dois cidadãos norte-americanos, os EUA lançaram ataques aéreos contra alvos em Trípoli e Benghazi e impuseram sanções econômicas à Líbia. Ao final da década de 80, o Governo Kadafi foi acusado de participar de atentados contra aviões da Pam Am e da UTA, conhecidos como Atentados de Lockerbie, motivando mais sanções dessa vez por parte da ONU, em março de 1992.

Em 1992, o Conselho de Segurança adotou a resolução 748, determinando sanções contra a Líbia devido aos atentados terroristas ocorridos na Escócia (1988) e em Níger (1989). Elas foram: proibição de vôos aéreos entre os territórios dos países membros da ONU e a Líbia; proibição de venda de aeronaves, inclusive serviços de manutenção e peças de reposição; proibição de fornecimento de material militar, inclusive peças e material correlato; redução do nível e número de pessoal das missões diplomáticas líbias.⁴

Em 1993, o regime de sanções foi ainda mais reforçado, passando a incluir: congelamento de recursos financeiros do governo líbio e empresas ligadas a ele, com exceção de operações decorrentes da venda de petróleo e produtos agrícolas; fechamento das agências da “Libyan Airlines” no exterior⁵; proibição de fornecimento à Líbia de certos componentes usados na indústria petrolífera. Ainda em 1993, um grupo formado por altos oficiais do exército liderou uma tentativa de golpe contra Kadafi, a qual fora prontamente derrubada pelo regime e a cúpula militar imediatamente reestruturada. A forma de governo exercida pelo regime baseia-se em comitês revolucionários, cujo os integrantes são nomeados pelo mesmo. Esses comitês desempenham a função de polícia política, além de exercer controle sobre as Forças Armadas, órgãos de comunicação e demais instituições governamentais.

“A oposição ao regime limitava-se a alguns grupos islâmicos atuantes no país, como o “Movimento dos Mártires Islâmicos” e “ Grupo Islâmico Militante”. Em sua escala, caracterizam-se como movimentos pequenos e localizados que não exercem uma ameaça efetiva ao regime. As ações praticadas pela oposição limitam-se a ataques periódicos contra forças governamentais e campanhas publicitárias em jornais árabes e europeus.

⁴ Cf. Resolução 748. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/scres/1993/scres93.htm> Acessado em: 10 de jul. 2011.

⁵ Cf. Resolução 883. Disponível em: Disponível em: <http://www.un.org/Docs/scres/1993/scres93.htm> Acessado em: 10 de jul. 2011.

Por sua vez, desde 1986 até 2004, com base no “risco à segurança nacional norte-americana⁶”, os EUA aplicaram embargo unilateral contra a Líbia, assinada pelo Presidente Ronald Reagan e renovada anualmente. Além disso, o Congresso norte-americano aprovou, em 1996, a chamada *D’Amato Law*, que pune empresas, nacionais ou não, que apliquem mais de quarenta milhões de dólares por ano no setor petrolífero na Líbia.⁷

Em abril de 1999, após longas negociações, o governo líbio finalmente entrega os dois suspeitos do atentado de Lockerbie para julgamento em Haia. Com isso, no dia 8 de abril, o Conselho de Segurança adota a declaração⁸ presidencial a respeito da consequente suspensão das sanções contra a Líbia.

Em carta entregue em 15 de agosto de 2003 ao Presidente do Conselho de Segurança, a Líbia assume oficialmente a responsabilidade pelo atentado de Lockerbie. Na ocasião, Trípoli concorda em indenizar as famílias das vítimas. Em 12 de setembro de 2003, o Conselho adota a Resolução 1506, que declara extintas as sanções impostas à Líbia pelas Resoluções 748 de 1992 e 883 de 1993.

No plano regional, a Líbia tem se esforçado para dinamizar a União do Magrebe Árabe (UMA), órgão de integração do país junto com Marrocos, Argélia, Mauritânia e Tunísia.

Com as sanções sofridas pelo país, o isolamento no cenário internacional passou a ser cada vez maior tendendo assim a aproximação com seus vizinhos, mantendo um relacionamento amistoso com os mesmos. A diplomacia líbia manteve semelhante postura com os demais países do continente africano. Durante a década de 1990, Trípoli conseguiu estabelecer importantes parcerias com países subsaarianos, conquistando apoio contra a manutenção do regime de sanções da ONU, influenciado pelo petrodólares que o governo disponibilizava.⁹

⁶ Disponível em: <http://www.piiie.com/research/topics/sanctions/libya.cfm> Acessado em 3 de maio de 2011.

⁷ KATZMAN, Kenneth. The Iran Sanctions Act (ISA). Serviço de pesquisa do Congresso Norte-Americano. 2007. Disponível em: www.fas.org/sgp/crs/row/RS20871.pdf Acessado em: 05 de maio de 2011.

⁸ Cf. Comunicado à imprensa. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/1999/19990408.sc6664.html> Acessado em: 07 de maio de 2011.

⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2011/02/27/queda-do-regime-de-kadafi-na-libia-pode-implodir-missoes-de-paz-na-afrika-alterar-status-quo-no-continente-923891236.asp> Acessado em: 7 de maio de 2011.

Em 1999 Kadafi propôs a retomada do pan-africanismo visando uma verdadeira união política e econômica do continente.¹⁰ A Líbia teve um importante papel na tentativa de criação da União Africana. Kadafi ainda assumiu por diversas vezes o papel de mediador em inúmeros conflitos do continente, patrocinando reuniões no país para a solução de controversias entre vizinhos africanos,

Em tentativa de reaproximação com os demais países do cenário internacional, Kadafi condenou os atentados contra os Estados Unidos em 2001, qualificando como “diabólico” o uso da bactéria Antraz contra a população norte-americana. Em 2002, a Líbia ratificou a convenção da União Africana quanto à Prevenção e Luta contra o Terrorismo, dando mais um passo para a projeção de uma imagem reformulada perante o cenário internacional.

Ainda em 2002, o governante líbio publicou o Livro Branco com a qual demonstra a sua visão quanto a possibilidade de paz no Oriente Médio a partir da criação de um Estado binacional entre Palestinos e Israelenses, sendo profundamente criticado pela comunidade Árabe. Ressentido, em 2003, Kadafi ameaçou sair da Liga Árabe declarando que “a Líbia é um país africano” e que “pertencer à Liga Árabe seria apagar sua identidade africana”.¹¹

Em 2003 Kadafi anunciou que pretendia juntar-se à “Guerra Contra o Terror”, eixo da política externa americana durante o governo George W. Bush. Logo depois Bush suspendeu as sanções contra a Líbia. Em seguida, os produtores de petróleo dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha expandiram suas atividades na Líbia juntamente com gigantes da indústria bélica e outras multinacionais. Em maio de 2006, a Líbia saiu da lista negra de embargos econômicos dos Estados Unidos.

Em setembro de 2004, em Nova York, à margem da Assembléia Geral da ONU, ocorreu o primeiro encontro de um Secretário de Estado dos Estados Unidos com um Secretário de Estado líbio desde os anos 1970. Buscando modificar sua imagem de simpatizante do terrorismo, o governo líbio não apenas condenou, veementemente, os atentados de 11 de setembro nos EUA, mas também manifestou apoio à intervenção no Afeganistão. A suspensão do embargo norte-americano, que foi oficialmente anunciada em abril de 2004, veio a ser revogada por decreto presidencial em setembro daquele mesmo ano.

¹⁰ Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7484/000546092.pdf Acessado em: 7 de maio de 2011.

¹¹ Disponível em: http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/libia2.htm Acessado em: 15 de junho de 2011.

3.3) Motivos para a insurgência na Líbia

As ditaduras em países árabes mantiveram-se por um longo período baseado no princípio da legitimidade do nacionalismo. Este era interpretado pelos governantes desses regimes como sendo necessários para a defesa da integridade do território nacional e identidades culturais que poderiam estar ameaçadas pelo processo de modernização e integração global.¹²

Baseados em relatórios do PNUD de 2009, os países árabes indicam um número elevado quanto às desigualdades sociais, uma vez que apenas a minoria detém a maior parte capital do país. Na região da Líbia esse cenário não é diferente já que o governo e os negócios do país estão nas mãos da família Kadafi e seus poucos aliados. Além disso, os investimentos feitos sem um planejamento próprio estatal leva o país a apresentar assim como demias países sob a mesma condição da região, um crescimento econômico médio atrelado a uma alta taxa de inflação.

Os índices de desemprego entre os jovens alçam o dobro, e, em alguns casos, o triplo em comparação à média mundial. Há ainda um grande número desses jovens alocados em empregos informais ou subempregos (ocupações precárias).¹³ Os dados oficiais da Líbia não são diferentes, embora sejam desconhecidos, uma vez que não são contabilizados ou divulgados.

Em contraposição aos índices econômicos supracitados, os índices sociais Líbio apresentam um dos melhores resultados obtendo um dos maiores índices de desenvolvimento humano (IDH)¹⁴ na região¹⁵. Nesse caso, a revolta não foi provocada necessariamente em reação as condições de vida de extrema pobreza, mas sim ao que o teórico Alexis Tocqueville, denominou como a “revolução das expectativas crescentes”.

¹² SANTORO, Maurício. “Ditaduras e Democracias na América Latina e nos Países Árabes”. Café História, 2011.

¹³ Cf. Relatório PNUD 2009. Disponível em <http://www.arab-hdr.org/publications/other/ahdr/ahdr2009e.pdf> Acessado em: 15 de junho de 2011.

¹⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é construído a partir de estatísticas que abarcam expectativa de vida, anos de educação formal e renda, e procura equilibrar a mensuração tradicional de riqueza com o levantamento das condições sociais.

¹⁵ Ver Relatório do PNUD 2009, op cit.

“Não é sempre indo de mal a pior que se cai numa revolução. Acontece, na maioria das vezes, que um povo que aguentou, sem se queixar e como se não as sentisse, as leis mais opressivas resolve repeli-las com violência logo que seu peso diminui. O regime que uma revolução derruba é sempre melhor do que aquele que o antecedeu imediatamente, e a experiência nos ensina que o momento mais perigoso para um mau governo é geralmente aquele em que começa a reformar-se. Só um grande gênio pode salvar o príncipe que resolveu aliviar seus súditos após uma longa opressão. O mal que se aguentava com paciência como sendo inevitável parece insuportável logo que se concebe a idéia de livrar-se dele”¹⁶.

Os países árabes são marcados pela modernidade observada nos últimos anos, principalmente no que tange a educação pública, a realização de reforma agrária e a implementação de políticas sociais que dão oportunidade para uma ascensão social, antes desconhecida.¹⁷¹⁸

O que marca a revolta do povo Líbio é o fato de a população mais instruída e informada não ter acesso ao mercado de trabalho. Assim sendo, as chances de uma possível emergência social através do mercado formal ficam reduzidas.

A modernização dos países árabes também acompanha o desenvolvimento da mídia e canais de comunicação, juntamente com a evolução educacional e cultural de sua população, a qual transformou as redes sociais em uma nova ferramenta para a difusão da opinião pública em relação a esse regime ditatorial, tornando os cidadãos menos dependentes do Estado. Os jovens líbios, percebendo a conjuntura em que vivem, buscam por meio dessas revoltas, uma mudança conjuntural econômica e política desses sistemas fechados e corrompidos pela família que detém o poder e a autoridade.

Cabe também ressaltar que de acordo com o relatório de Desenvolvimento Humano Árabe publicado pelo PNUD em 2009, o líder líbio Kadafi apresentou os piores índices em relação à transparência administrativa e a liberdade de expressão. Além disso, de acordo com

¹⁶ SANTORO, Maurício. As Revoltas e a Democratização do Magreb e do Oriente Médio. Revista Ética e Filosofia Política, nº 13, Vol. 2, Junho de 2011. p. 115

¹⁷ HOURANI, Albert. Uma História dos Povos Árabes. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

¹⁸ LEWIS, Bernard. O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.

os indicadores de governança levantadas pelo Banco Mundial¹⁹, a Líbia encontra-se abaixo de todos os países árabes em todos os quesitos do relatório²⁰. Neste relatório fica apontado também o aumento cada vez maior a restrição à liberdade dos cidadãos de maneira intransigente, sem direito a meios jurídicos durante o regime Kadafi.

3.4) Intervenção na Líbia

- **O levante Líbio**

A revolta Líbia iniciou-se na cidade de Benghazi, quando o militante dos direitos humanos Fethi Tarbel foi preso. O fato eclodiu uma série de manifestações na cidade, que já tinha uma maioria contrária ao regime Kadafi.

Os conflitos eclodiram em escalas cada vez maiores, espalhando-se pelas cidades da Líbia, aumentando ainda mais o número de insurgentes na região, que iniciaram a revolução completamente desarmados.

O governo Kadafi tomou medidas em escalas muito superiores, contra atacando seus opositores por meio de aparelhos governamentais como as forças armadas da Líbia e posteriormente, bloqueando a internet do país evitando assim, o acesso as redes sociais por parte população – principal meio de difusão da revolução no país.

À medida que as ações de Kadafi tornavam-se cada vez mais ofensivas, insurgentes começaram a se armar com ajuda de militares contrários à atitude do ditador. Quanto maior o avanço dos rebeldes pelas cidades líbias, maior a quantidade de armas disponíveis à população.

Agravando ainda mais a situação, Kadafi utilizou-se da atuação de mercenários, que se misturavam a população rebelde e promoviam matanças em troca de pagamento feito por parte do governo.

¹⁹ O índice de governança do Banco Mundial considera seis aspectos ligados à qualidade institucional dos países: voz e prestação de contas, estabilidade política, eficácia do governo, qualidade do marco regulatório, regime de direito e controle da corrupção. Baseia-se em 35 fontes de informação, como ONGs, sondagens com empresários, pesquisas domiciliares (como as feitas pelo Instituto Gallup) e relatórios de instituições públicas ou multilaterais.

²⁰ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/administracao/reportagens/index.php?id01=3679&lay=apu> Acessado em: 17 de agosto de 2011.

Com tais medidas adotadas, Kadafi teve a sua prisão decretada pelo Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade²¹. Mesmo assim, o ditador tentou impedir o acesso às vítimas com ajuda humanitária, o que provocou um aumento ainda maior no número de civis mortos.

Pela falta do cumprimento da resolução emitida pelo Conselho de Segurança, tornou-se necessário a intervenção da Comunidade internacional, feita através da OTAN.

- **A operação da OTAN**

A partir da resolução 1973 de março de 2011, determinando a zona de exclusão aérea na Líbia, a ONU exigiu mediante Conselho de Segurança, o cessar fogo na região por parte do governo Líbio contra civis, alegando que o mesmo constituía “crimes contra a humanidade”.²²

A referida resolução, exclui uma ocupação militar estrangeira via qualquer forma no território. O Conselho de segurança autorizou o uso da força e a zona de exclusão aérea a fim de proteger a população civil contra as ofensivas por parte das forças armadas de Kadafi contra civis.

A determinação da ONU portanto, visa proteger as áreas que por ventura estejam sob o ataque do regime contra os protestos na região. A OTAN estaria a disposição para atuar junto à Liga Árabe a fim de estabelecer a segurança dos civis líbios que fosse alvejado por Kadafi ou mercenários.

Desde de março de 2011, a OTAN intensificou as suas operações na região do mediterrâneo a fim de monitorar o espaço aéreo da região em detrimento da zona de exclusão na Líbia. Ao 22º dia daquele mês, a OTAN intervém, atendendo ao pedido da ONU em resposta a manutenção e fiscalização do embargo de armas, garantindo o monitoramento do fluxo de armamento na região do Mediterrâneo.

²¹ Disponível em: <http://www.onu.org.br/tpi-emite-mandado-de-prisao-contra-kadafi-por-crimes-contra-a-humanidade/> Acessado em: 27 de junho de 2011.

²² Cf. Comunicado à imprensa do Conselho de Segurança SC 10200. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm>

Em 27 de março, a OTAN foi autorizada a utilizar todos os métodos cabíveis a fim de atender ao cumprimento dos termos da resolução imposta à Líbia. De acordo com o secretário geral da instituição, as operações permaneceram enquanto:” todos os ataques a civis e a regiões povoadas permanecerem, o regime Kadafi manter militares e paramilitares nas bases das forças armadas, o governo Kadafi não permitir a entrada de ajuda de ajuda humanitária na região.²³

Em agosto de 2011, com a queda de Trípole, o secretário Geral da OTAN, Rasmussen, reafirmou o compromisso da organização em manter a segurança da população líbia, principalmente pós conflito, a fim de assegurar uma retomada política no país caso fosse solicitado pela ONU.

- **O governo Provisório**

Durante o período de luta e derrubada do regime Kadafi, diversos grupos armados se formaram em diversas regiões do país. Em meio a deliberada guerra civil instaurada entre militantes e mercenário pró-regime e as forças nacionais de libertação, houve um aumento expressivo de refugiados e vítimas civis do conflito.

Segundo informações da Anistia Internacional, os grupos pró Kadafi cometeram uma série de abusos contra os cidadãos, revelando diversas provas de crimes de guerra e contra a humanidade a mando do ditador. Ainda de acordo com a instituição, os abusos também estão sendo cometidos pelos rebeldes contra civis suspeitos de apoiarem o ditador.²⁴

A fim de deliberar uma organização perante aos rebeldes durante a guerrilha., líderes opositoristas ao governo Kadafi formaram o Conselho Nacional de Transição, assumindo as ações dos rebeldes e a organização da população civil nas cidades tomadas pela revolução.

Em maio de 2011, o Grupo de Contato com a Líbia, formado pela ONU, União Européia, OTAN, Liga Árabe, Organização de Cooperação Islâmica, Conselho de Cooperação do Golfo e União Africana, afirmou em reunião que o Conselho Nacional de

²³ Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/SID-BA6B95AB-CF1AF52E/natolive/topics_71652.htm?
Acessado em: 7 de setembro de 2011.

²⁴ Cf. Relatório da Anistia Internacional: “The Battle for Libya: Killings, Disappearances and Torture”.
Disponível em: <http://www.br.amnesty.org/?q=node/1523> Acessado em: 17 de agosto de 2011.

Transição seria o único representante capaz do povo Líbio. Ainda, destacou a necessidade de legitimar o Conselho através de meios jurídicos, políticos e financeiros a fim de futuramente, organizar a formação de um governo interino.

O Conselho Nacional de Transição comprometeu-se com a comunidade internacional em elaborar uma nova constituição promovendo eleições imediatamente após a reestruturação do país. A ONU demonstrou a disponibilidade de ajuda com o processo de uma instituição eleitoral com a formação de partidos, baseado nas necessidades da população Líbia a fim de desenvolver um apoio de longo prazo para a mesma.²⁵

3.5) Problematização

“A revolução na Líbia é baseada na luta por direitos humanos e dignidade”, disse o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Líbia, Ian Martin. “Eu insisto para que todos respeitem o chamado feito pelo Conselho Nacional de Transição de que não haja vingança, mesmo contra os responsáveis por crimes de guerra e outras graves violações”.²⁶

Partindo da fragilidade que uma sociedade é exposta em uma guerra civil, a maior dificuldade do povo Líbio quanto à revolução começa agora. Observadas as circunstâncias de um repentino levante popular, as vítimas acumulam-se, o país encontra-se deteriorado e as partes do conflito ainda não asseguram a vida dos civis.

Arbitrariedades continuam ocorrendo com a ausência de um Estado de direito, sendo reiterada a urgência de uma constituição para o país assegurando os direitos públicos e humanos da população líbia.

Considerando ainda o contingente populacional que refugiou-se em países fronteiriços a esses, torna-se necessário a preparação de instituições administrativas que garantam o retorno dos mesmos.

²⁵Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-pede-a-conselho-de-seguraca-liberacao-de-bens-libios-para-autoridades-de-transicao/> Acessado em: 26 de agosto de 2011.

²⁶ Disponível em: <http://www.onu.org.br/libia-onu-pede-que-direitos-humanos-sejam-respeitados/> Acessado em: 7 de outubro de 2011.

De caráter emergencial, encontra-se também o auxílio às vítimas, bem como as suas famílias, através de ajuda humanitária e dos demais países da comunidade internacional, a fim de promover o resurgimento do país.

Com a queda de Kadafi junto a seus aliados e a tomada da capital do país por parte dos rebeldes, o Conselho Nacional de Transição assumiu o poder, sendo reconhecido por diversos países como legítimo em sua representatividade perante o povo líbio na comunidade internacional.

Embora os conflitos tenham demonstrado uma redução significativa com o enfraquecimento da resistência do regime, algumas cidades ainda estão sob ataque. Inúmeras ONGs denunciam o preocupante sentimento de vingança que há na população e as diversas prisões ocorridas de maneira negligente, sem o benefício de defesa por parte dos detidos.

Ficou acordado em setembro de 2011, durante a reunião dos “Amigos da Líbia” que as operações exercidas pela OTAN não seriam suspensas, a fim de garantir a transição de maneira estabilizada, evitando ainda, um possível conflito para tomada do governo. Assim, foi estabelecida uma missão da ONU para a Líbia a fim de auxiliar o governo transitório para a formação de eleições que atenda às necessidades do povo.²⁷ Torna-se necessário, portanto, estabelecer os parâmetros para a permanência da OTAN na região.

3.6) O que uma resolução deve conter

A reunião do Conselho de Segurança entre os dias 11 e 15 de novembro de 2011 pretende direcionar as diretrizes para o governo transitório, observando o incentivo a projetos que determinem uma nova constituição, aludindo a promoção de eleições diretas, a garantia do atendimento às vítimas dos conflitos, a reestruturação local, o estabelecimento dos direitos das diversas tribos que compõem o país (assegurando inclusive a participação direta de representantes das mesmas no governo), o direito fundamental de todos os cidadãos em igualdade (em especial ao direito das mulheres), a fundamentação de um planejamento econômico de governo, visando a distribuição de renda para a população, entre outros aspectos as quais os membros deste conselho entenderem como relevante para a reconstrução do país.

²⁷ Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/SID-BA6B95AB-CF1AF52E/natolive/topics_71652.htm?
Acessado em: 7 de setembro de 2011.

4) TÓPICO 2: A QUESTÃO DA SÍRIA

4.1) Histórico da Síria

As revoltas no Mundo Árabe estão desestabilizando governos ditatoriais, fortemente enraizados no poder por décadas, e vem chamando a atenção da comunidade internacional pela reação violenta desses governos aos manifestantes anti-governamentais de cada país.

Na República Árabe da Síria, a repressão contra os protesto que pedem a saída do ditador Bashar Al Assad, de acordo com a ONU, já causaram a morte de pelo menos 3000 pessoas.²⁸

A República Popular da Síria é historicamente alvo de disputas imperiais pelo controle regional. No século VII, o Oriente Médio era o alvo de disputas entre o Império Romano do Oriente (cristãos bizantinos) e o Império Persa Sassânida. Os bizantinos haviam ocupado a costa da Síria, atuais Líbano, Síria, Jordânia, Israel, Palestina e Egito. Os Persas controlavam a maior parte do atual Iraque. Depois de décadas de guerras, os dois impérios estavam enfraquecidos. As tribos árabes logo se unificaram e aceitaram a dominação muçulmana. Os exércitos dos impérios foram facilmente vencidos, dando início à expansão do Império Árabe.²⁹ O islamismo expandiu-se para a península arábica, norte de África, chegando até a Península Ibérica, no século VIII, atravessando o Gibraltar, progredindo rapidamente para o norte.

A Síria foi tomada pelos Omíadas no século VII, se libertando do império bizantino. Em 636, Damasco virou a capital do Califado Omíada, reinando sobre o Islã até 750. Nesse mesmo ano, o advento dos abacias retirou a Síria do seu lugar central no mundo islâmico, fragmentando-a em diversos principados árabes.³⁰

Quando os turcos seldjúcidas, povos provenientes da Ásia Central, investem contra abássidas em Bagdá, conquistando até a Ásia Menor, Jerusalém é tomada, não estando mais disponível para peregrinações. Dessa forma, o imperador bizantino Aleixo I pede ajuda ao Ocidente. O papa manda cavaleiros fiéis ao cristianismo, para libertar o Santo Sepulcro de

²⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/990498-violencia-na-siria-ja-causou-mais-de-3000-mortes-calcula-onu.shtml> Acessado em: 16 de outubro de 2011.

²⁹ SONN, Tâmara. Uma Breve História do Islã. Rio de Janeiro, José Olympio, 2011. pp. 53

³⁰ Grande Enciclopédia Delta Larousse, Vol. 11. Rio de Janeiro, Delta S.A., s/d. pp. 6356

Cristo em Jerusalém, pondo em ação um projeto de expansão de influência sobre Bizâncio e a Cristandade Grega, dando início às Cruzadas.³¹

Em 1169 Saladino unifica o Egito, a Síria e o Iraque. Em 1187, na batalha de Hattin, Saladino retoma Jerusalém das mãos dos cruzados quase um século depois. Já em 1517, a Síria passa a integrar o Império Otomano, conseguindo por fim à dominação turca apenas após a queda do Império, no pós-Primeira Guerra Mundial. O Reino Unido induziu os árabes a se revoltarem contra os turcos através de promessas por independência.

Após a Primeira Guerra Mundial, Reino Unido e França fizeram a partilha do Oriente Médio. Em 1919, firmou-se o Pacto das Sociedades das Nações, durante a Conferência de Paris. O Pacto firmou o sistema de mandatos, determinando que os territórios da Síria, Líbia, Mesopotâmia, Transjordânia e Palestina, alcançaram um certo grau de independência, mas que devem ser auxiliados por um mandatário até que tenham condições de seguirem por conta própria.³²

Dessa forma, a Síria ficou sob administração francesa. Os franceses criaram em 1922 o estado do Grande Líbano e dividiram o restante do território em quatro outros estados: Djebel Druza, Aleppo, Damasco e Alawis. Em 1924 Aleppo e Damasco se reuniram para formar o Estado Sírio. No ano seguinte os nacionalistas formaram o Partido Popular, para lutar pela independência síria e pela unidade nacional.

O processo de independência sírio tem início no verão de 1941. Forças militares britânicas e francesas, em conflito com as representações coloniais francesas, como governador francês Vichy, ocupam o Líbano e a Síria, e declaram sua independência definitiva. O nacionalista Chukri Al-Kuwalli chega ao poder através de eleições realizadas em 1943. Entretanto, suas posições sólidas voltadas para a autonomia plena da Síria causam diversos atritos com os representantes franceses que ainda interferiam na região, tendo como principal desacordo a transferência de poder.

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial em maio de 1945, tropas franco-senegalesas bombardeiam e ocupam a capital Damasco, devido às discordâncias entre sírios e franceses. O governo inglês pediu o fim dos conflitos e o retorno dos soldados franceses aos

³¹ MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. 3 ed., São Paulo, Contexto, 2006. pp. 130.

³² GOMES, Aura Rejane. A Questão da Palestina e a Fundação de Israel. 2001. Tese (Mestrado). Universidade São Paulo

seus postos de acampamento. A ONU em 1946 decidiu pela retirada das tropas francesas e inglesas da Síria e do Líbano.

A total independência da Síria não significou sua estabilidade política. A burguesia de Damasco inclina-se ao pan-arabismo da Arábia Saudita, enquanto a elite de Aleppo inclina-se para o Iraque. O descontentamento da população síria com o governo aumenta após a ineficácia do governo sírio diante da criação do Estado de Israel.

Na Guerra dos Seis Dias, a Síria participa do conflito ao lado dos demais países árabes contra Israel. Derrotada, a Síria teve as Colinas de Golã ocupadas. Entretanto, o governo não muda de posição e insiste nas hostilidades. Renova o tratado de defesa mútua com o Egito, firma outro com o Iraque e protege os guerrilheiros Palestinos.

Em 1970, a facção militarista liderada pelo ministro da defesa, Hafiz al-Assad, formou um novo governo de coalizão. No ano seguinte, Al Assad é eleito presidente da república. Feito igualmente chefe do Baath, Assad formou em 1972 um frente nacional esquerdista, estreitando suas relações com a URSS. Em 1973 tomou parte na nova guerra árabe, atacando Israel. Porém, como contra-ataque, sofre profunda incursão israelense em direção à Damasco. A Síria rompe relações com os egípcios após a assinatura dos acordos de paz de Camp David, entre Israel e Egito, com apoio dos Estados Unidos.

A queda no preço internacional do petróleo, em meados da década de 1980, agrava as dificuldades econômicas do país, devido à elevada dívida com a URSS. Em novembro de 1987, a Síria assina a declaração final da cúpula de Amã em favor da paz no Oriente Médio, com a qual condenou o Irã pela ocupação dos territórios iraquianos. Em 1988, o presidente Al Assad recebeu a visita de Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina, assinalando a retomada da cooperação entre sírios e palestinos. A Síria foi o primeiro país árabe a condenar a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, e chegou a enviar tropas para defender a Arábia Saudita contra a agressão.

Em dezembro de 1991, o presidente Al Assad foi eleito em plebiscito por mais sete anos. As relações com os EUA, que se encontravam deterioradas devido aos anos de ajuda militar soviética, tem uma significativa melhora, especialmente depois que a Síria integra a aliança contra o Iraque na Guerra do Golfo e apóia a iniciativa americana de paz, materializada na reunião de cúpula de Madrid em 1992.

Em janeiro e outubro de 1994, Al Assad encontrou-se com o presidente americano Bill Clinton para negociar um estabelecimento de um acordo de paz com os israelenses. Os sírios exigem a retirada israelense imediata e definitiva das Colinas de Golã, em quanto Israel propõe retirar-se da região num prazo de três anos. Enquanto isso, o boicote árabe à Israel, defendido principalmente pela Síria, começa a enfraquecer. Entretanto, após Benjamin Netanyahu assumir como primeiro-ministro israelense, o entendimento entre Síria e Israel são paralisados, porque não existe nenhum documento que comprove a existência do acordo de 1994. Dessa forma, a Síria se recusa a aprovar qualquer acordo de paz ou normalização das relações com Israel.³³

Em junho de 2000, com a morte de Hafez Al Assd, seu filho Bashar assume o poder na Síria. Hafez governou por três décadas ininterruptas, 1971 a 2000. Nas eleições era o único candidato, que contava apenas com o partido governista Baath.

Os primeiros anos do governo de Bashar são recebidos com otimismo pela população síria. Ele muda a economia lentamente, permitindo a entrada de bancos estrangeiros e abrindo às importações. Seus primeiros passos levaram à chamada “Primavera de Damasco”, época em que ocorrem debates políticos, sociais, surgem ativistas. Entretanto, em 2001, a polícia secreta síria prende os ativistas, colocando fim à primavera. Nos anos seguintes, Bashar segue os métodos autocráticos de seu pai.³⁴

Após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, o governo sírio começa uma cooperação limitada com os EUA, de esforços contra-terrorismo. No entanto, a Síria se opõe à guerra do Iraque em março de 2003, e as relações bilaterais com os Estados Unidos se deteriora rapidamente. Em dezembro de 2003, o presidente George W. Bush assina a lei de Responsabilidade da Síria e de Recuperação da Soberania do Líbano,³⁵ que prevê a imposição de uma série de sanções contra a Síria, caso ela interrompa seu apoio aos grupos terroristas palestinos, reduza suas forças militares e interferência de segurança no Líbano, cesse a sua busca por armas de destruição em massa, e cumpra as suas obrigações sob as resoluções do Conselho de Segurança sobre a estabilização e reconstrução do Iraque.

³³ Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/static/especial/paz_oriente_medio/map/golan_heights.htm Acessado em: 16 de outubro de 2011.

³⁴ Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/primavera-de-damasco-e-repressao/177456> Acessado em: 3 de setembro de 2011.

³⁵ Disponível em: <http://portuguese.brazil.usembassy.gov/povosiriopt.html> Acessado em: 20 de agosto de 2011

Em maio de 2004, Bush determinou que a Síria não tinha encontrado essas condições e implementa as sanções que proíbem a exportação de produtos norte-americanos para a Síria, com exceção para alimentos e medicamentos. Ao mesmo tempo, o Departamento do Tesouro norte-americano anuncia a ordem para que as instituições financeiras cortem as contas com o Banco Comercial da Síria, devido às preocupações de lavagem de dinheiro e o congelamento dos bens pertencentes a determinadas pessoas e entidades da Síria. A Síria é incluída, pela Administração Bush, no rol de países integrantes do “eixo do mal”³⁶.

Entre 2004 e 2009, as tensões entre os Estados Unidos e a Síria se intensificam novamente devido às questões relativas ao Iraque e ao Líbano. O governo norte-americano retirou seu embaixador da Síria em fevereiro de 2005, após o assassinato do ex-Ministro libanês Rafiq Hariri.

Após o assassinato, sob pressão da comunidade internacional, a Síria retirou suas tropas do Líbano, lá presentes desde 1976. Por causa do seu isolamento internacional, os sírios reforçam suas relações com o Irã e com os grupos radicais palestinos.

Em 27 de maio de 2007, o presidente Al Assad foi reafirmado por referendo para um segundo mandato de sete anos, com 97,6% dos votos³⁷. Durante 2008, embora as relações da Síria com os EUA continuaram tensas, o isolamento internacional é lentamente superado com negociações indiretas entre Israel e Síria, mediadas pela Turquia.

Em 2009, os EUA tentam se envolver com a Síria para encontrar áreas de interesse mútuo, reduzir as tensões regionais e promover a paz no Oriente Médio. Estes esforços incluem reuniões do Congresso com altos funcionários do executivo sírios, incluindo o presidente Assad, e o retorno do embaixador norte-americano à Damasco.

³⁶ Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/doma/siria.htm> Acessado em: 20 de agosto de 2011.

³⁷ Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3580.htm> Acessado em: 20 de agosto de 2011.

4.2) Insurgência na Síria

No começo do ano de 2011 surgiram várias revoluções em diversos países árabes. As revoluções, que tomaram proporções inesperadas, pareciam dar o ar de exceção à Síria, tendo em vista que as revoltas no país começa a ganhar força e peso apenas a partir de março, três meses depois das primeiras revoluções acontecerem.

Em meio às revoltas que tomaram o mundo árabe, a Síria parecia imune aos acontecimentos, visto que a mobilização popular incentivada através de redes sociais, para os dias 4 e 5 de fevereiro de 2011, chamada de “Dia da ira síria”³⁸ foi um fracasso. O fracasso da primeira tentativa de mobilização trouxe a impressão à analistas da comunidade internacional de que a Síria ficaria de fora das revoltas. Entretanto, para a surpresa dos mesmos e da população síria, uma segunda convocação de mobilização aconteceu e, em 15 de março, na cidade de Daraa, manifestantes foram as ruas protestar contra o regime de Bashar Al Assad³⁹. A partir dessa data, o povo sírio começa a expor sua voz depois de tantos anos de repressões por parte do regime de Al-Assad.

Durante algum tempo pensou-se que a Síria ficaria de fora das revoltas árabes, pelo fato de protestos individuais ou coletivos serem apenas casos isolados e conduzidos por uma pequena parte de uma elite minoritária e sem laços fortes com o restante da população.

No início janeiro o presidente sírio Al-Assad concedeu uma entrevista ao The Wall Street Journal descartando qualquer possibilidade de revolta em seu país, por ser um líder preocupado em atender as vontades e necessidades do seu povo⁴⁰.

O processo de amadurecimento das revoltas pode ser identificado a partir do dia 18 de janeiro, quando dois protestantes foram mortos por forças de segurança do governo sírio⁴¹, causando revolta na população. Logo ao final do mês, como ocorrido na Tunísia, um caso de

³⁸ Disponível em: <http://anovaopressao.blogspot.com/2011/02/apelos-para-uma-revolucao-esta-sexta.html>
Acessado em: 6 de junho de 2011.

³⁹ Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/-dia-da-ira-na-siria-deixa-55-mortos-20110429.html> Acessado em: 5 de junho de 2011.

⁴⁰ Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703833204576114712441122894.html>
Acessado em: 07 de setembro de 2011.

⁴¹ http://article.wn.com/view/2011/08/12/Syria_violence_spreads_to_commercial_capital_Aleppo/ Acessado em: 10 de junho de 2011.

imolação é registrado na cidade de Al-Hasaka⁴², como forma de protesto. Em 17 de fevereiro, algo inédito acontecia no país, uma manifestação popular contra a violência policial na cidade de Al-Hamidyee⁴³, anunciando desta forma o incremento das manifestações que estavam por vir.

Durante o período de janeiro a março, as convocações feitas por diferentes figuras da oposição se mostraram cada vez mais frequentes. Um dos casos registrados é do prisioneiro político Haizam AL-Maleh. Ele posta um vídeo na internet incentivando seus compatriotas a iniciar a “Revolução de Jasmim” na Síria. Concomitantemente, o agrupamento da Irmandade Muçulmana síria⁴⁴, proibida no país, clama pela presença de seus apoiadores para que se rebelem contra a opressão e a pobreza⁴⁵. A Liga Democrática síria também estimula a sociedade civil a se voltar contra o regime e convoca greve geral no país⁴⁶. Além disso, Michel Kilo⁴⁷, grande opositor do sistema, juntamente com 40 intelectuais e ativistas sírios assinam uma declaração apoiando a “Revolução tunisiana” e a “Intifada egípcia”⁴⁸.

Assim, com a criação de um elo entre atores sírios e a população e com a eliminação do medo, o povo a partir de março, começou a mostrar nas ruas toda a sua vontade de mudanças. Como salientado anteriormente somente tais fatores não são suficientes para explicar a hipótese de uma possível ausência de revolta na Síria, nem somente o retardamento no desenvolvimento e surgimento da revolução, outros fatores também precisam ser incluídos para uma melhor compreensão de três meses de atraso em sua eclosão, comparado com a revolução na Tunísia, fatores tais que poderiam ser identificados como de ordem étnico, religioso, sócio-econômico e político.

⁴² Disponível em: <http://blogs.mediapart.fr/blog/maxime-azadi/290111/syrie-premiere-immolation-internet-coupe> Acessado em: 15 de junho de 2011.

⁴³ Disponível em: http://www.dailymotion.com/video/xh2zd7_anti-government-rally-in-syria-17-feb-2011_news Acessado em: 15 de junho de 2011.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.ikhwanweb.com/iweb/> Acessado em: 15 de junho de 2011.

⁴⁵ Disponível em: <http://elderofziyon.blogspot.com/2011/02/syrias-muslim-brotherhood-poised-for.html> Acessado em 15 de junho de 2011.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.memritv.org/report/en/5032.htm#edn16> Acessado em: 16 de junho de 2011.

⁴⁷ Disponível em: <http://cpj.org/blog/2009/05/qa-syrian-journalist-michel-kilo-after-prison.php> Acessado em: 17 de junho de 2011.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.syriahr.com/> Acessado em: 17 de junho de 2011.

4.3) Fatores que dificultaram a Revolta Síria

- Fatores étnicos e religiosos

Devido à pluralidade étnica e religiosa na Síria, a população se fragmenta ao longo da sua história. O partido Baath está tentando resolver essa questão, introduzindo um sentimento de unidade nacional nos jovens. A pluralidade síria é qualificada tanto por suas minorias étnicas como os curdos, armênios, turcomenos e os circassianos, quanto religiosas, como os muçulmanos (representando cerca de 90% da população), com 74% de sunitas, cerca de 11% de alauítas, 10% de xiitas e 5% de drusos. Os cristãos representam os outros 10%, divididos entre cristãos ortodoxos e católicos. e as minorias cristãs ortodoxa e católica.

A pluralidade dificulta o surgimento de uma única posição nacional e abre espaço para o aparecimento de interesses regionais perante o poder central. A sociedade é muito dividida, o que dificulta uma boa coordenação e mobilização maciça, como pode-se observar nas revoltas da Tunísia e do Egito.

Ao mesmo tempo em que o partido Baath tem desenvolvido uma linha pan-arabista, o regime Alawid⁴⁹, no poder desde 1970, se apóia em algumas minorias, principalmente a cristã, para sedimentar o seu poder perante a maioria sunita e manter o status quo. A falta de uma oposição política de fato, faz com que a única alternativa ao regime Baath seja a composta pelo partido da Irmandade Muçulmana, proibido na Síria desde o ano de 1980. Esse fator faz com que muitos cristãos temam uma revolução islâmica na Síria. Por esse motivo, os representantes cristãos tem desenvolvido fortes laços com o regime Assad. Para manterem uma maior autonomia em assuntos privados, muitos cristão preferem renunciar à democracia e à liberdade. Sendo assim, a comunidade cristã tem se mantido praticamente em silêncio durante as revoltas, bem como seus representantes religiosos seguem pedindo pela calma e o diálogo⁵⁰.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.muslimhope.com/Alawites.htm> Acessado em: 15 de julho de 2011.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.turtoislam.com/forum/showthread.php?t=57487> Acessado em: 15 de julho de 2011.

- Fatores sócio-econômicos

Ao contrário da Tunísia e do Egito, o processo de liberalização econômica efetuado nos anos 90⁵¹ na Síria é limitado e algumas vezes contraditório⁵². Isto tem feito com que a economia não seja afetada de tão brusca pelas crises mundiais como os demais países da região. O PIB sírio tem registrado um crescimento de 5.4% nos últimos cinco anos⁵³.

Por outro lado, a liberalização incompleta da economia permite que o regime mantenha um discurso populista e social frente a sua população. Isso garantiu a credibilidade e estabilidade do regime por um maior período de tempo. Ainda que a desigualdade social tenha aumentado nos últimos anos, os mecanismos que asseguram certa distribuição da riqueza, favorecendo a igualdade social. O nível de pobreza sírio é de 33%, enquanto o egípcio é 43%.⁵⁴ As desigualdades regionais na Síria, que tem aumentado nos últimos dez anos, ainda são menores se comparados ao regime de Ben Ali, na Tunísia. Os programas de ajuste estrutural proposto pelo FMI, e colocados em prática na Tunísia e no Egito, não afetou fortemente a Síria. Dessa forma, o Estado tem conseguido desempenhar um papel determinante na economia do país, no setor público, empregando cerca de 30% da força de trabalho, e na provisão de prestações sociais⁵⁵.

A acumulação excessiva de riqueza nas mãos da elite oligárquica política, ainda que em crescimento, continua sendo uma exceção na Síria. Ainda que a figura de Rami Maklouf⁵⁶, um dos homens mais ricos da Síria e primo paterno de Bashar Al-Assad, tenha levantado suspeitas de corrupção, não se pode comparar ao ódio e indignação que Ben Ali e seus familiares enfrentam na Tunísia.

⁵¹ COQUE, Jose M. G. Alvarez. Trade and Domestic Policies in Open Economy. Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária Sírio, Damasco, 2003. Disponível em: http://www.fao.org/world/syria/gcpita/training/materials/en/TM_Trade_Dom_Pol_OEcon_1-35.pdf Acessado em: 19 de setembro de 2011.

⁵² HINNEBUSCH, Raymond. Syrian Foreign Policy under Bashar al-Asad. Vol. 1, nº 1, Ortadogou Etütleri, 2009. Disponível em: http://www.orsam.org.tr/en/enUploads/Article/Files/2009918_hinnebusch.pdf Acessado em 19 de setembro de 2011.

⁵³ Disponível em: <http://www.gfmag.com/gdp-data-country-reports/167-syria-gdp-country-report.html#axzz1abdEgeFU> Acessado em 26 de agosto de 2011.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.gfmag.com/gdp-data-country-reports/280-egypt-gdp-country-report.html#axzz1abdEgeFU> Acessado em 26 de agosto de 2011.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.inwent.org/ez/articles/092447/index.en.shtml> Acessado em: 27 de agosto de 2011.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.theatlanticwire.com/global/2011/05/rami-makhlouf-man-syrian-regime-distancing-itself/37657/> Acessado em: 27 de agosto de 2011.

- Fatores políticos

Diferentemente de Mubarak e Ben Ali, desgastados por varias décadas de exercício de poder, Bashar Al Assad contava com certa popularidade no inicio da revolta na Síria. Ainda hoje, depois de a revolta ter começado, Al Assad conta com seguimentos importantes da população e das forças armadas, mesmo com sua credibilidade desaparecendo conforme o aumento da repressão. Apesar da grande desilusão depois da repressão à “Primavera de Damasco” em 2001⁵⁷, Al Assad continuou visto como um líder que buscava a modernidade.

Tal popularidade, fator de grande importância para a sobrevivência do regime, emana em parte das reformas feitas nos últimos dez anos como: reformas econômicas, liberdade parcial para a imprensa, introdução da internet e modernização dos organismos públicos.⁵⁸ Deve-se também em parte à resistência frente as grandes potências ocidentais, bem como ao apoio ao pan-arabismo e à causa Palestina. Nesse sentido, o embargo submetido à Síria pelos Estados Unidos desde 2004, se torna um fortalecimento às posições adotadas por Al Assad, vem servindo como justificativa para a lentidão de algumas reformas.

O regresso ao conselho regional e internacional no ano de 2008, mesmo com o isolamento que o país tem sofrido nos últimos anos, foi visto como vitória de Al Assad. O presidente sírio, até o início da revolta, é visto pelos cidadãos sírios como o líder que resiste às pressões das potências do ocidente. Além disso, seu apoio aos movimentos de referência islâmica que lutavam contra Israel, como o Hezbollah no Líbano e o Hamas na Palestina, geram orgulho no seio da população síria.

Muitos desses fatores se devem à falta de interesse da sociedade síria na política. As últimas cinco décadas sem uma competição política, sem uma participação popular e de setores da sociedade, como os sindicatos, fizeram com que os cidadãos fossem perdendo pouco a pouco o interesse pela política. Os mecanismos de controle e disciplina usados pelo regime Baath conseguiram anestesiar a população em relação à política. Na Síria não há eleições presidenciais, mas sim referendos pelos quais a população expressa a renovação da confiança no seu líder. Tão pouco há partidos de oposição livres e autônomos.

A falta de tradição em mobilização social e de ação coletiva implicou na falta de destreza para que as revoltas fossem geradas. Diferente dos casos tunisianos, egípcios e

⁵⁷ Disponível em: <http://weekly.ahram.org.eg/2001/526/re1.htm> Acessado em 16 de julho de 2011.

⁵⁸ Disponível em: http://www.abcc.org.uk/db/documents/Syrian_Minister_in_London.pdf Acessado em 16 de julho de 2011.

marroquinos, onde as greves e os movimentos sociais eram relativamente frequentes nos últimos anos⁵⁹, a Síria até então não havia conhecido nenhum protesto generalizado como greves gerais, desde a repressão sobre os movimentos populares dos anos 1980⁶⁰.

Ademais, a sociedade que está autorizada a existir na Síria é uma sociedade civil essencialmente subordinada e apolítica, dedicando-se basicamente a serviços sociais e temas de desenvolvimento. Prova disso é que mais de 60% das associações autorizadas pelo Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho são na realidade associações beneficentes⁶¹. Os componentes mais críticos e politizados da sociedade civil são constantemente reprimidos. O Partido da Irmandade Muçulmana de grande peso e importância no Egito está proibido na Síria desde os anos 80 e a simples filiação a este partido é penalizado com a pena de morte.

4.4) Fatores que favoreceram a Revolta Síria

Até meados de março existiam fatores que atuavam contendo uma revolta. Entretanto, a Síria compartilha de outros fatores desestabilizadores, que contribuíram para as revoltas na Tunísia e no Egito acontecerem.

Entre os anos de 2005 e 2010, a Síria teve um crescimento demográfico de 3,26%.⁶² Isso representa uma entrada de cerca de 300.000 pessoas todos os anos no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o índice de desemprego, especialmente entre os jovens e graduados, tem uma média de 20%⁶³. Consequentemente vive-se um crescimento significativo do trabalho informal, estimado em 40% da força de trabalho⁶⁴, gerando precariedade e instabilidade devido à grande porcentagem de trabalhadores sem qualquer

⁵⁹ Disponível em:

http://mideast.foreignpolicy.com/posts/2011/01/02/tunisia_s_protest_wave_where_it_comes_from_and_what_it_means_for_ben_ali Acessado em: 30 de agosto de 2011.

⁶⁰ OTTAWAY, Marina e HAMZAWY, Amr. Protest Movements and Political Change in the Arab World. Carnegie Endowment for International Peace. Washington. 28 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47903579/Protest-Movements-and-Political-Change-in-the-Arab-World> Acessado em: 30 de agosto de 2011.

⁶¹ Disponível em: <http://www.cbssyr.org/index-EN.htm> Acessado em: 03 de setembro de 2011.

⁶² Disponível em: <http://www.cbssyr.org/General%20census/census%202004/General%20census%20tab2.htm> Acessado em: 03 de setembro de 2011

⁶³ Disponível em: http://www.unaids.org/en/dataanalysis/monitoringcountryprogress/2010progressreportsubmittedbycountries/syriarabrepublic_2010_country_progress_report_en.pdf Acessado em: 16 de julho de 2011.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.undp.org.sy/files/FINAL253.pdf> Acessado em: 16 de julho de 2011.

garantia de assistência social. Entre 2004 e 2007, observa-se o empobrecimento gradual da população (de 30,01% de 2004 para 33,06% em 2007⁶⁵), apesar do crescimento contínuo do PIB, fazendo com que cada vez mais a população recorra à assistência social⁶⁶.

A corrupção cresce cada vez mais em todos os níveis, desde os mais altos até os de base da esfera cotidiana. A dominação da política por um único partido e a falta de liberdade política cria um alto nível de frustração no seio da população, já assolados pelo desencanto e a desilusão frente ao projeto de desenvolvimento e modernização promovido pelo Estado sírio nos anos 1960 e 1970. Projeto que historicamente havia constituído uma das principais fontes de legitimação do regime Baath. Por fim, a liberalização econômica e a supressão gradual das subvenções aos produtos básicos causou um grande impacto negativo nas classes sociais mais desfavorecidas.

Como pode ser observado, antes da “Primavera Árabe” esses fatores não eram suficientemente fortes para provocar um levante popular ou provocar greves e movimentos sociais de peso. Os opositores sírios tiveram que esperar pelo “contágio” da revolta da Tunísia pelo Mundo Árabe, para que os primeiros sinais revolucionários fossem sentidos no país. O fator externo unido à práticas opressivas no início da crise, como o uso excessivo da força para conter os primeiros protestos em Daraa, impulsionaram o processo de revolta síria.

4.5) Fatores que dificultam o sucesso da revolta na Síria

Em 15 de março, a segunda convocação do “Dia da ira síria” coloca em marcha um movimento de contestação sem precedentes desde 1982, quando o regime de Hafez al-Assad resistia a insurreição islâmica. Os protestos de 2011 se estendem e se consolidam ao longo de todo o território. De Daraa, a Lataquia, a Homs, a Baniyas, a Duma, a Jisr al-Shughur os símbolos da oposição ao regime vão se desenvolvendo, banhados em sangue.

Conforme as revoltas aumentam, as demandas se radicalizam. As reformas exigidas durante os primeiros dias da revolta eram: acabar com a corrupção; com a prática dos odiados

⁶⁵ Disponível em: http://www.mtn.com.sy/un_gc_communication_on_progress_2010_2011.pdf Acessado em: 16 de julho de 2011.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.cbssyr.org/cpi-2007-EN.htm> Acessado em: 16 de julho de 2011.

e temidos Moukhabarat⁶⁷, maiores liberdades políticas, justiça social, dignidade, entre outros. Essas demandas foram se transformando pouco a pouco em uma vontade inflexível de fazer cair o regime. Depois de décadas de apatia política forçada, a população síria está se politizando novamente. Quanto mais repressão e mais mortos, mais cidadãos se mobilizam, aumentando a revolta na Síria. Entretanto, se as manifestações contra o regime aumentam dia a dia, as dificuldades para que a revolta triunfe seguem sendo ainda maiores.

Damasco e Aleppo são as duas cidades mais importantes e povoadas da Síria. Damasco é centro econômico e concentra grande parte do aparato administrativo. Aleppo concentra um importante centro comercial e religioso. O apoio dessas duas cidades ao regime ainda é sólido e significativo, e sem a mobilização contundente desses dois pilares o regime segue resistindo. Além disso, no nível nacional, os protestos não tem conseguido reunir de fato a população necessária para realmente derrubar o regime. Para que a oposição triunfe, essas duas cidades precisam apoiá-los maciçamente.

Os maiores protestos estão concentrados nas zonas rurais como, cada vez menos atendida pelo poder central, como a cidade de Hauran. As revoltas foram encabeçadas principalmente por aqueles que foram esquecidos pelas políticas de desenvolvimento nos últimos dez anos, como as pobres periferias urbanas das grandes cidades (Harasta ou al-Hajar al-Aswad na capital), para onde camponeses refugiados de seca foram enviados. Para que a revolução triunfe é necessário que as classes sociais ricas e pobres da Síria se unam, como pode ser observado nas cidades de Hama e Homs⁶⁸.

Outro fator fundamental para o sucesso da revolução é a necessidade de mobilização em toda a estrutura do país, desde seu interior. Na Tunísia o sucesso das manifestações foi possível, devido à decisão do Chefe do Estado Maior de não ter disparado contra os manifestantes. No Egito, ainda que a configuração tenha sido distinta, foi o exército que no último momento resolveu destituir o presidente Mubarak. Na Síria, vários parlamentares e altos funcionários da região de Daraa, onde as revoltas começaram pediram demissão. Porém, esses cargos não tem nenhum poder de decisão no país. Identifica-se também alguns casos de demissões coletivas ou individuais no exército, tratando-se majoritariamente de soldados sem nenhum peso no aparato militar.

⁶⁷ Disponível em: <http://revueverroestest.files.wordpress.com/2011/08/tem-sabbagh-revue-averroc3a8s-n4-5-aoc3bbt2011.pdf> Acessado em: 01 de setembro de 2011.

⁶⁸ Disponível em: <http://radiojurnal.canalblog.com/archives/2011/07/23/21664715.html> Acessado em: 01 de setembro de 2011.

Para que o regime se fragilize realmente, necessita-se de deserções de peso dentro da corporação do Exército e dos Serviços de Segurança. Contudo, tais deserções parecem pouco provável dado o alto grau de comprometimento entre o aparato de Segurança, o Exército e o regime. De fato, os membros do clã de Al Assad ocupam posições chaves no Exército e nos Serviços de Inteligência, o que diminui sensivelmente a autonomia dessas instituições. Não aconteceram modificações significativas nem no corpo diplomático e nem no corpo do governo. Sendo assim, ainda que mais frágil, o regime está resistindo com êxito até o momento.

Por último, no plano regional e internacional, a liderança síria não se encontra frente a uma situação completamente adversa a seus interesses. Por um lado, conta com o apoio de Iran, Hezbollah no Líbano e Hamas na Palestina. Por outro lado, ainda sem ter verdadeiros aliados na comunidade internacional, a experiência líbia faz acreditar que uma nova intervenção militar ocidental seria altamente improvável, tendo em vista as posições de Rússia, China e Índia que se opõe a tal possibilidade de intervenção no local. Dessa forma, o regime ciente disso, agita desafiadoramente a bandeira de sua autonomia. Além disso, Israel que não ainda não tem concretizado a paz com a Síria, não tem o interesse em que o regime seja deposto, pois isso poderia implicar em uma possível tomada de poder por parte dos islâmicos que o regime tanto teme.

4.6) Problematização

O caminho da revolução tem sido árduo e difícil na Síria. Contudo, a hipótese da Síria vir a ficar fora da “Primavera Árabe” se revelou falso. A aparente falta de mobilização social síria não era, portanto, resultado de uma suposta imunidade do regime frente à onda de protestos por mudanças, mas sim um conjunto de fatores que favoreciam a ausência de ação dos movimentos de contestação. A configuração étnica, religiosa, o contexto sócio-econômico e vários outros fatores de ordem política pareciam neutralizar a Síria do contato com as revoltas da região. Mas se estes fatores favoreciam a estabilidade do regime, o impacto das revoluções árabes na região, juntamente com um conjunto de elementos que provocaram o descontentamento e com uma reação equivocada por parte das autoridades, terminou por

desencadear as revoltas. A Síria despertou e os movimentos de protesto continuam e o número de civis mortos aumentam a cada conflito.

De acordo com a Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos Navi Pillay: “desde o começo dos levantes na Síria, o governo vem frequentemente usando força excessiva para aplastar civis em protestos pacíficos”⁶⁹. Com o presente quadro e baseada nos relatórios do Comitê dos Direitos Humanos 16⁷⁰, 17⁷¹ e 18⁷², Pillay encoraja que o Conselho de Segurança encaminhe a situação para a Corte Internacional de Justiça⁷³, tendo em vista o número de mortos desde março que excederam os 3.000, incluindo 187 crianças. Em paralelo, milhares foram presos, desaparecidos e torturados. Cidadãos ameaçados, intimidados e militares que se opõem a ordens de ataque a civis também sofrem represálias.

No plano regional e internacional, a liderança síria não se encontra frente a uma situação completamente adversa a seus interesses. Por um lado, conta com o apoio do Irã, Hezbollah no Líbano e Hamas na Palestina. Por outro, ainda sem ter verdadeiros aliados na comunidade internacional, a experiência líbia faz acreditar que uma nova intervenção militar ocidental seria altamente improvável, tendo em vista as posições de Rússia, China e Índia,⁷⁴ que se opõe a tal possibilidade de intervenção no local. Ciente disso, o regime agita desafiadoramente a bandeira de sua autonomia. Além disso, Israel que ainda não tem concretizada a paz com a Síria, não tem o interesse em que o regime seja deposto, pois isso poderia implicar em uma possível tomada de poder por parte dos islâmicos que o regime tanto teme.

⁶⁹Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=40046&Cr=Syria&Cr1=> Acessado em: 05 de outubro de 2011.

⁷⁰http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/specialsession/16/Draft_report_16th_special_session.pdf Acessado em 05 de outubro de 2011.

⁷¹Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11321&LangID=E> Acessado em 05 de outubro de 2011.

⁷²Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/18session/A-HRC-18-2.pdf> Acessado em 05 de outubro de 2011.

⁷³Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11493&LangID=E> Acessado em 05 de outubro de 2011.

⁷⁴Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10403.doc.htm> Acessado em: 05 de outubro de 2011.

4.7) O que uma Resolução deve conter

O Conselho de Segurança convoca para este Comitê seus membros para debaterem a grave situação existente na Síria. Neste Comitê devemos mostrar a comprometimento da Comunidade Internacional com o povo sírio para fazer com que os Direitos Humanos sejam respeitados, a legitimidade da população seja readquirida, o transito seguro de monitores de agências humanitárias seja viabilizado, a liberdade de expressão do povo e da imprensa seja respeitada, os responsáveis pelos massacres sejam responsabilizados e os conflitos se encerrem antes que mais vidas sejam desperdiçadas.

5) TÓPICO 3: A QUESTÃO PALESTINA

5.1) Histórico

Tradicionalmente, atribui-se ao processo político em torno da constituição de um Estado palestino e aos imbrólios decorrentes da formação do Estado de Israel a intitulação histórica conhecida como “A Questão Palestina”. Longe de representar um episódio contemporâneo dos acontecimentos políticos, a questão se arrasta nos principais fóruns de discussão global há mais de um século.

Existe, inclusive, uma longa discussão historiográfica acerca dos primórdios conflitivos entre palestinos e judeus – estes últimos também chamados, em diversos momentos da historia, e com algumas ressalvas pertencentes à contingências histórica, de judeus ou, mais recentemente, de israelenses.

Enquanto alguns historiadores invocam a Antiguidade Clássica e os relatos bíblicos como origem dos conflitos⁷⁵, há autores que os datam da Alta Idade Média⁷⁶. O que há de

⁷⁵ Segundo relatos históricos, a Palestina teria sido conquistada pelos hebreus em 1200 a.C., 400 anos após terem deixado o cativeiro no Egito. Há ainda os que alegam que a região teria sido habitada séculos antes por Jacó e sua progeneritura. No entanto, todas as discussões sobre o tema são altamente controversas e encontram-se longe de uma conclusão consensual.

menos controverso, no entanto, é o desenrolar dos fatos ocorridos após o domínio romano na região no início da era cristã.

Os séculos posteriores foram marcados pelo domínio estrangeiro e pela diáspora hebréia. Duas grandes rebeliões contra o domínio romano foram levadas a cabo pelos judeus dos primeiros anos dos tempos cristãos, mais precisamente entre 66-70 e 133-135. A região foi palco de sangrentos conflitos e o símbolo mais óbvio da derrota judia foi a destruição do Templo de Jerusalém no governo de Tito.

A segunda onda de rebelião foi ainda pior. Arrasada pelo imperador Adriano, a Palestina viu muitos de seus habitantes serem obrigados a deixar a região, intensificando a diáspora e dificultando o retorno de outros cidadãos. Ademais, os judeus foram impedidos de viver em Jerusalém por decreto imperial.

A partir de então, espalharam-se pelo Império Romano e para além de suas fronteiras, sobretudo para a Mesopotâmia e para outros pontos do Oriente Próximo. A partir do século II, a Palestina é habitada por populações helenísticas romanizadas. O ano de 395 marca a divisão do Império Romano em Império Romano do Oriente e Império Romano do Ocidente. Também conhecido como Império Bizantino, o Império Romano do Oriente passa a ter a Palestina como uma de suas províncias.

A onda de invasões estrangeiras teve seqüência com a conquista pelos árabes em 638, momento em que se assiste a uma crescente expansão do islamismo. No entanto, a despeito da preponderância árabe, diversas lutas entre distintos governos muçulmanos rivais tiveram lugar em todo o Oriente.

Até mesmo os cruzados realizaram incursões na área e fundaram um reino cristão entre os anos de 1099 e 1187. Com a queda do Império Romano do Oriente em 1453, a Palestina é incorporada ao Império Otomano, também conhecido como Império Turco. Entre 1517 e 1918, a região esteve sob os auspícios turcos, situação profundamente alterada com o advento da Grande Guerra e a posterior derrota militar destes últimos pelas forças britânicas.⁷⁷

É dentro do contexto europeu de fins do século XIX e início do XX que o Movimento Sionista ganha ímpeto. Fundado oficialmente em 1896, Theodor Herzl propunha a criação de

⁷⁶ Tais autores fazem referência à conquista babilônica da Palestina em 587 a.C. e à posterior conquista árabe da região em 638 a.C., momento marcado pela expansão do islamismo no que hodiernamente chamamos de Oriente Médio.

⁷⁷ HOBBSAWN, E. A Era dos Impérios (1875-1914). 8ª Edição. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.

um lar judeu na Palestina. O projeto é aprovado por um congresso que, reunido em Genebra, decide pela disseminação das idéias de retorno à região.

O Movimento ganha força com a Declaração Balfour de 1917, documento assinado em 1917 por Arthur James Balfour, então Secretariado britânico dos Assuntos Estrangeiros. A Declaração apoiava a criação de um lar judeu na Palestina, então habitada majoritariamente por árabes palestinos.⁷⁸

Estados Unidos, França e Itália ratificam-na em 1918, não por mera bondade aos interesses sionistas, mas, principalmente, pelo medo do controle exclusivo das ex-possessões turcas por parte do Império Britânico. Com a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, boa parte das possessões bizantinas caíram sob domínio inglês.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a onda imigratória sionista toma proporções sem precedentes. As pequenas comunidades judaicas existentes em meio à população predominantemente árabe crescem de forma rápida, geralmente mediante compra de terras dos árabes palestinos, o que, evidentemente, não evitou formas violentas de tomada de posse.

No seio da Liga das Nações, a Palestina passou a ser administrada, oficialmente, pela Inglaterra, mediante um mandato concedido pelo Conselho Executivo da Liga. No entanto, a legalidade quanto à administração palestina passou por problemas com os vizinhos árabes, insatisfeitos com as maciças ondas de imigração. O governo britânico passou, então, a dificultar novos fluxos migratórios para a região.

Ao mesmo tempo, a onda de violência intensificou-se dos dois lados. Do lado palestino, havia um claro descontentamento com a chegada maciça de judeus. Por parte dos colonos de origem judaica, foi criada uma organização paramilitar, conhecida como Haganah, utilizada tanto para autodefesa quanto para operações de ataque contra os árabes.

Após a Segunda Guerra Mundial, as ondas migratórias com destino à Palestina tornaram-se irresistíveis. Legitimados moralmente pelo massacre de judeus durante os conflitos, os fluxos de imigrantes foram ainda mais constantes do que os do período pós-Primeira Guerra. Os conflitos entre árabes e judeus na região também se intensificaram.

⁷⁸ Modern History Sourcebook: The Balfour Declaration. Disponível na íntegra em Fordham University (<http://www.fordham.edu/halsall/mod/balfour.asp>)

Em 1947, já no seio da Organização das Nações Unidas, a questão Palestina ganhou novos contornos. A Assembléia Geral, após meses de pesquisas, decidiu dividir a Palestina em dois Estados independentes. De um lado, o Estado de Israel, com pouco mais de 600 mil habitantes, ficaria com 53% do território, enquanto o Estado Palestino, com quase 2 milhões de habitantes, teria 47% total do território. Jerusalém e Belém ficariam sob controle internacional. Evidentemente, os Estados árabes foram contrários ao projeto de partilha, não tendo forças suficientes, no entanto, para se opor à aprovação da resolução 181 da Assembléia Geral.⁷⁹⁸⁰

Há relatos históricos que atestam para eventuais subornos e ameaças por parte da delegação judaica e de aliados a países de menor expressão. Ao descrever a atuação do governo americano, Aura Rejana afirma que “a posição de Truman garantiu a forte pressão dos EUA, na forma de chantagem e suborno, sobre vários países que sustentavam a posições contrárias, na votação da partilha, na ONU”.⁸¹

Segundo a autora, o presidente das sessões de trabalho, o brasileiro Oswaldo Aranha, teria ainda seguido manobras políticas a fim de facilitar a aprovação da proposta. Em suas palavras, “Nos dias da votação, devido à avaliação de que a proposta pró-Israel seria derrotada, Oswaldo Aranha decidiu encerrar mais cedo os trabalhos, dando, assim, aos sionistas o tempo que necessitavam para “convencer” os países contrários, a fim de mudar seu voto.”⁸²

33 países votaram a favor da Resolução 181, 13 foram contrários e 10 se abstiveram. Com a aprovação do documento, a Assembléia Geral da ONU aceitara pôr a partilha da Palestina em prática. Ao menos no papel, criara-se o Estado da Palestina e o Estado de Israel.⁸³

⁷⁹Existe uma longa discussão quanto ao número de habitantes na Palestina entre 1945-1948. Algumas fontes chegam a falar em 5 milhões de palestinos contra 600 mil judeus. Outras atestam, até mesmo, para um quase empate populacional. De qualquer forma, longe das paixões que cercam a discussão, nos parece sensato supor que a maior parte da população em 1947 era composta por árabes. O anexo 1 revela a composição da população palestina ao longo das última décadas de acordo com as perspectivas árabes e israelenses.

⁸⁰ Vide anexo 1.

⁸¹ GOMES, Aura Rejana. A Questão da Palestina. Departamento de Ciência Política. USP. São Paulo, 2001.

⁸² Ibidem.

⁸³ United Nations General Assembly Resolution 181. Disponível em <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/un/res181.htm>

Votaram a favor da Resolução 181: Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielorrússia, Canadá, Costa Rica, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Equador, França, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Suécia, Ucrânia, África do Sul, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

Por outro lado, foram contrários: Afeganistão, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita, Síria, Turquia, Iêmen.

Abstiveram-se: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido, Iugoslávia.⁸⁴

A tensão na Palestina apenas se agravou após o 29 de novembro de 1947⁸⁵. Israel proclama a fundação do Estado de Israel em 14 de maio de 1948, momentos antes da expiração do mandato britânico. Imediatamente, Arábia Saudita, Jordânia, Iraque, Síria e Líbano atacam a região, desencadeando a Primeira Guerra Árabe-Israelense – também conhecida como Guerra de Independência de Israel.

De um lado, os árabes alegavam injustiças na divisão do território, uma vez que a maior parte da população teria a seu dispor apenas 47% do território, além de denúncias de fraude e suborno, possíveis ilegitimidades por parte da Assembléia Geral em criar novos Estados e pela aparente injustiça na divisão do território. Do outro, Israel alegava estar agindo em autodefesa, uma vez que estaria sendo invadido ilegalmente por uma coalizão de Estados agressores. Ademais, tinha em mãos uma resolução que amparava a criação de um Estado judaico.

Seja como for, o Estado da Palestina não foi criado. Israel derrotou as forças invasoras em 1949 e passou a controlar 75% do território palestino, o que, logo, suscitou enérgicas críticas da sociedade internacional. A partir deste momento, verifica-se um verdadeiro êxodo das populações palestinas em direção a seus vizinhos árabes. Segundo estimativas das Nações Unidas, esse número pode chegar a 3 milhões nos dias atuais. Outrossim, a Faixa de Gaza ficou sob controle egípcio e a Cisjordânia em mãos jordanianas.⁸⁶

Um novo conflito estoura em 1956 (a Segunda Guerra Árabe-Israelense), mas dessa vez entre Israel e Egito. Após a nacionalização do Canal de Suez por Gamal Abdel Nasser,

⁸⁴ Vide anexo 2 para o visualizar o mapa proposto pela Resolução 181.

⁸⁵ Data da aprovação da Resolução 181.

⁸⁶ Vide anexo 3 para visualização do mapa pós-Primeira Guerra Árabo-israelense.

França, Reino Unido e Israel invadem o Egito alegando defesa da navegabilidade no canal, proteção da população civil que estaria sendo atacada pelos *fedayin*⁸⁷ e ameaça aos projetos de irrigação do deserto do Neguev, uma vez que o único contato com o mar Mediterrâneo era cortado, assim como havia sido fechado o porto de Eliat. Israel invade a Faixa de Gaza e a Península do Sinai. França e Reino Unido auxiliam militarmente com o desembarque de pára-quedistas em torno da entrada do Canal.⁸⁸

Temendo a entrada da URSS no conflito ao lado do aliado Egito, os EUA logo pressionaram seus aliados a se retirarem dos territórios ocupados. Mediado pelas Nações Unidas através da resolução 1001 da Assembléia Geral, o conflito tem fim com a garantia de navegabilidade do Canal por parte do Egito e com a retirada de Israel de Gaza e do Sinai. A pedido da delegação canadense e após esforços por parte do Secretário Geral Dag Hammarskjold, é criada uma força internacional (United Nations Emergency Force, doravante UNEF) que tem como propósito a manutenção das linhas de fronteiras acertadas no armistício.⁸⁹

Apesar de um acordo que cessara as hostilidades na região e do estabelecimento da UNEF, as tensões entre israelenses e vizinhos árabes prosseguiram. O Estado de Israel não foi reconhecido pelos vizinhos, assim como os discursos nas Nações Unidas continuaram acalorados. Em 1964, é criada a OLP, Organização para a Libertação da Palestina, organização que centralizava a liderança de vários grupos político-militares que combatiam a presença israelense na Palestina. Com o passar das décadas, pode-se afirmar que passou a admitir, implicitamente em suas ações, a existência de Israel.

Durante as décadas de 50 e 60, cresce a influência do nasserismo⁹⁰, assim como o apoio soviético econômico e militar aos países árabe. O Egito torna-se cada vez mais influente na região, ao ponto de estabelecer alianças militares com Síria e Jordânia, o que servirá de pretexto, por parte de Israel, para futuras incursões militares em territórios vizinhos.

O mapa palestino sofrerá outra drástica alteração após o fatídico ano de 1967, na chamada Guerra dos Seis Dias, ou Terceira Guerra Árabe-Israelense. Sob a alegação de

⁸⁷ Termo que se refere aos militantes palestinos. De caráter nacionalista, são considerados terroristas por Israel e libertadores pelos palestinos.

⁸⁸ HOBSBAWM, Eric J.: **Era dos Extremos** – 2 ed. - Companhia das Letras.

⁸⁹ Resolution 1001. First Emergency Special Session, General Assembly. Disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/3354&Lang=E

⁹⁰ Ideologia política de cunho nacionalista árabe, inspirada, grande parte, nos pensamentos do antigo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser.

ataque preventivo, Israel realiza ataques ao Egito, à Jordânia e à Síria. Como resultado, ocupa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Península do Sinai e as Colinas de Golan. Enquanto o primeiro pertencia ao povo palestino, o segundo era de possessão egípcia e o último pertencente à Síria.⁹¹

Síria e Egito, no entanto, em ofensiva realizada em 6 de outubro de 1973 atacam Israel de surpresa durante a comemoração do Yom Kippur⁹², objetivando a recuperação dos territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias. A Guerra do Yom Kippur é também conhecida como a Quarta Guerra Árabe-Israelense ou Guerra de Outubro. Apesar do sucesso inicial nas primeiras 48h, os árabes são derrotados no fim. Um cessar-fogo patrocinado pelas Nações Unidas entra em vigor e Síria e Egito não conseguem reaver os territórios perdidos anteriormente.

É nesse momento que a OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, provoca uma forte elevação nos preços do petróleo no mercado internacional, como forma de retaliação ao apoio dado a Israel por parte de diversos Estados ocidentais. A iniciativa ocasiona altas perdas nos mercados financeiros ao redor do mundo, além de pressionar ainda mais a comunidade internacional a pôr fim aos conflitos.⁹³

A década de 70 prossegue com o aumento de tensões entre os dois lados das fronteiras. Em 1977, o bloco parlamentar liderado pelo Likud, partido conservador de Israel, obtém maioria no Parlamento israelense. O novo primeiro-ministro, Menachem Begin ordena o assentamento de colonos judeus nos territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, o acarreta o aumento das hostilidades entre palestinos e israelenses.

A despeito do aumento das tensões, o Acordo de Camp David, ocorrido em 1979, nos Estados Unidos, surpreende o mundo. Nele, o Egito reconhece o Estado de Israel e, em contrapartida, recebe a Península do Sinai em 1982, perdida após a Guerra dos Seis Dias. O Egito torna-se, dessa forma, o primeiro país árabe a reconhecer a existência do Estado de Israel. Em represália, é expulso da Liga Árabe, que havia sido criado em 1945, e o presidente Anwar Sadat, sucessor de Nasser, é assassinado em 1982 por militares contrários ao Acordo de Camp David.

⁹¹ Vide anexo 3 para a visualização do mapa da Palestina pós-1967.

⁹² Um dos mais importantes feriados no calendário judaico. Também conhecido como “o dia do perdão”, este feriado é observado com um período de jejum de 25 horas, que deve começar no fim do dia anterior ao Yom Kippur e termina na noite do dia do feriado.

⁹³ Vide anexo 4 para visualização do mapa da Palestina pós-Yom Kippur.

Utilizando o território libanês como plataforma de ataque, Yasser Arafat continua a luta liderando o *Fatah*, então uma das principais organizações políticas e militares da OLP. Em 1982, Israel invade o Líbano, momento que este país estava em plena guerra civil entre cristãos e muçulmanos. Tristes episódios decorreram da invasão. Entre eles, massacres de refugiados palestinos por milícias cristãs com o consentimento das forças israelenses.

Decorrente da invasão israelense, há a criação do Hezbollah, em árabe “Partido de Deus”, organização xiita libanesa que, com o apoio do governo iraniano, inicia o combate aos invasores. Em 1985, Israel se retira para o sul do Líbano, de onde estabelece uma zona de segurança com 10 km de largura.

O prosseguir das tensões se acentua em Gaza, onde tem início a onda de revoltas populares contra a ocupação israelense, o que logo se espalha também à Cisjordânia. Conhecidas como Intifada, estas manifestações foram contidas com violência pelas forças militares israelenses. Na maior parte das vezes, civis atacavam soldados israelenses que revidavam à bala, provocando centenas de mortes e manchando a imagem de Israel frente à opinião pública mundial.

A Intifada iniciada em 1987 tem o seu fim em 1992. No ano seguinte, um dos mais promissores encontros entre líderes israelenses e palestinos teve lugar, apesar do desfecho negativo. Patrocinado pelo presidente americano, Bill Clinton, Yasser Arafat – líder da OLP – e Yitzhak Rabin – primeiro-ministro de Israel – assinam os Acordos de Oslo, que previa o reconhecimento do direito de Israel à existência e à renúncia formal a ataques a alvos israelenses em troca da criação de uma Autoridade Nacional Palestina, com autonomia administrativa em determinados pontos do território palestino, assim como a gradual retirada das forças militares israelenses da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Por outro lado, grupos considerados extremistas pelo Ocidente, como o Hamas e a Jihad Islâmica, por parte dos árabes, e de judeus ultranacionalistas, pela outra parte, são contrários aos acordos. Apesar disso, Arafat retorna à Palestina depois de 27 anos no exílio. Assume a chefia da Autoridade Nacional Palestina e governa desde Jericó. Israel e Jordânia assinam acordos de paz no mesmo ano. No ano seguinte, OLP e Israel concordam em conceder autonomia à Palestina, em um prazo a ser determinado.

Fatidicamente, Yitzhak Rabin é assassinado meses após, ainda em 1995, por um judeu extremista. Os anos mais promissores no caminho da paz entre judeus e árabes são interrompidos.

Com a morte de Rabin, Binyamin Netanyahu, do conservador partido Likud, é eleito primeiro-ministro de Israel, o que paralisa a retirada de tropas dos territórios palestinos e amplia os assentamentos judeus na Cisjordânia e em Gaza. Jerusalém Oriental, reduto de população majoritariamente árabe, também sofre com a criação de assentamentos israelenses. Do lado palestino, aumentam os atentados a alvos israelenses.

A eleição de Ehud Barak em 1999, pertencente ao Partido Trabalhista – ao qual também pertencia Rabin – parecia que traria de volta os dois lados às mesas de negociação. No entanto, apesar de tentativas de ambos os lados, poucos resultados práticos foram atingidos. No ano seguinte, Israel se retira completamente do Líbano, deixando para trás os 10 km de perfaziam a sua “zona de segurança”.

Com a eleição do general de reserva e membro do Likud ao posto de primeiro-ministro em Israel, Ariel Sharon, inicia-se uma nova onda de Intifada. À medida que cresciam os protestos em Gaza e na Cisjordânia, Israel endurecia nas repressões. Arafat, já septuagenário, dava mostras de ter perdido o controle sobre parte de seus correligionários.

Em 2002, um novo plano pela paz foi proposto. Dessa vez, pela Arábia Saudita. Em linhas gerais, os países membros da Liga Árabe se comprometeriam a normalizar relações com Israel em troca da retirada total das forças israelenses dos territórios ocupados após 1967 e da criação do Estado Palestino com capital em Jerusalém Oriental.⁹⁴

A proposta foi rejeitada por Ariel Sharon, em resposta à iniciativa saudita, em 23 de maio de 2003. Entre as diversas alegações para a não concretização do acordo estão a problemática em torno do retorno dos refugiados palestinos, problemas concernentes aos assentamentos na Cisjordânia e detalhes referentes a determinadas possessões de terras.⁹⁵

Em 2005, após outras tentativas fracassadas, Ariel Sharon obtém apoio do Likud e inicia a evacuação de assentamentos e postos militares avançados no norte da Cisjordânia e na Faixa de Gaza. O episódio é visto por alguns como uma tentativa de restabelecer negociações,

⁹⁴ A Iniciativa Para a Paz encontra-se, em inglês, disponível para consultas em: <http://www.al-bab.com/arab/docs/league/peace02.htm>

⁹⁵ Iniciativa Árabe de Paz de 2002. Versão traduzida para o português disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1511184-EI6580,00.html>

enquanto para outros é entendido como uma saída estratégica: ao retirar-se completamente da Faixa de Gaza poderia concentrar futuros esforços no controle da Cisjordânia, além de evitar baixas de colonos israelenses caso venha a bombardear a região, algo que de fato ocorrerá com a Operação Chumbo Fundido, em 2008.

Nessa operação, as forças armadas israelenses invadem a Faixa de Gaza após a troca de agressões entre ambos os lados. Israel alega a necessidade de deter os ataques de mísseis por parte do Hamas, enquanto o Hamas alega estar lutando contra os invasores judeus, possuidores ilegítimos da maior parte da Palestina.

Israel inicia a retirada de suas tropas após a posse do novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 21 de janeiro de 2009. O número de morte, contudo, é desproporcional: enquanto Israel teria perdido pouco mais de uma dezena de soldados, os números palestinos chegariam próximos a 1.500, metade dos quais de origem civil.⁹⁶ Os números demonstram uma brutal desproporção de forças entre palestinos e israelenses. É importante ressaltar ainda que uma missão das Nações Unidas, enviada à Gaza, encontra evidências de crimes de guerra em ambos os lados.⁹⁷

A eleição de Barack Obama foi aguardada com muita esperança pelo lado árabe. Acreditava-se que o processo de construção de um Estado palestino pudesse, de fato, ter um recomeço após os anos infrutíferos da administração Bush. Vale a pena lembrar que outras iniciativas patrocinadas pelo governo americano foram incapazes de solucionar o histórico conflito, tais como os Acordos de Camp David de 2000, as negociações em torno do *Roadmap* a partir de 2002 ou a Conferência de Anápolis em 2007. Obama, por sua vez, tem enviado, com frequência, observadores e negociadores à região.

Por outro lado, o grupo Hamas, que controla a Faixa de Gaza, é tido como terrorista pelo governo israelense. Ao reconhecerem apenas o Fatah, que detém controle político apenas da Cisjordânia, um difícil processo de negociação é aberto, dado que, desde dezembro de 2006, a unidade em torno da Autoridade Nacional Palestina foi quebrada mediante o rompimento entre as principais facções políticas palestinas.

Entretanto, no momento em que este guia é escrito dão-se os primeiros sinais na direção de uma eventual reconciliação entre as duas facções, patrocinadas pelos esforços

⁹⁶ Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/09/20/opinion/20landau.html> Acessado em: 7 de outubro de 2011.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=32057> Acessado em: 7 de outubro de 2011.

egípcios. A saída do secular conflito passa pela criação de um Estado palestino que una Fatah e Hamas dentro de um governo palestino sólido.⁹⁸ É imperativo, ademais, o fim das hostilidades em ambos os lados das fronteiras, além do retorno definitivo às mesas de negociação.

A notícia amplamente divulgada pela imprensa mundial nos últimos dias em torno da libertação do soldado israelense Gilad Shalit e de mais de mil prisioneiros palestinos podem ser o indicativo inicial de uma predisposição à volta das negociações. No momento em que Mahmoud Abbas solicita o reconhecimento formal do Estado palestino à ONU e em que há a alegria com o retorno de ex-prisioneiros a ambos os lados, abre-se um novo momento de esperança quanto ao futuro da Questão Palestina.

Sabendo dos diversos desafios que a solução da Questão demanda, a comunidade internacional deposita as suas esperanças no próximo encontro de líderes globais, a ser realizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na SiONU 2011.⁹⁹

5.2) Problematização

Questões como a legitimidade pela posse da terra, problemas com imigração e domínio estrangeiro, pertencimento de lugares sagrados – sobretudo, de Jerusalém -, foram constantes nos últimos séculos da história Palestina. Cristãos, muçulmanos e judeus possuem, todos, argumentos em defesa de seus próprios interesses.

Ora, se muitos desejam pautar os debates tendo como partida a legitimidade em torno dos primeiros a povoarem o território, os debates permanecerão estéreis. As evidências históricas não apontam em uma direção conclusiva. Se o argumento é que judeus habitaram a terra prometida desde o ano 1200 a.C. ou até mesmo séculos antes, como conciliar com o fato que diversos povos já habitavam lá muito antes deste período?

⁹⁸ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5407374-EI308,00-Fatah+e+Hamas+se+reunem+no+Cairo+para+tentar+reconciliacao.html> e <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/fatah+e+hamas+chegam+a+acordo+de+reconciliacao+palestina/n1300106739491.html> Acessado em: 7 de outubro de 2011.

⁹⁹ Disponível em: http://topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/people/s/gilad_shalit/index.html <http://english.aljazeera.net/news/middleeast/2011/10/20111017221258366393.html> Acessado em: 7 de outubro de 2011.

Se o ponto de partida é o século XIX, momento inicial do movimento sionista, deve-se lembrar que a maioria da população era constituída por árabes. Em 1948, para ter idéia, 67% da população dos quase 2 milhões de habitantes era de origem árabe, em contrapartida aos 23% de judeus. Diante do impasse causado pela legitimidade de posse pela terra, o debate em alguns momentos assume um caráter religioso.¹⁰⁰

Não nos cabe aqui adentrar nas discussões filosófico-religiosas que por anos permeiam o debate. O nosso interesse deve concentrar-se na resolução dos graves problemas políticos e de cunho humanitário que tomaram forma, principalmente, após o ano de 1948. A maior preocupação dos delegados deve ser pautada pela resolução dos graves problemas imigratórios e de partição do território entre judeus e palestinos.

Parece-nos claro que a solução para este secular impasse caminha na direção da coexistência pacífica entre os dois povos. Cabe aos Senhores Embaixadores, reunidos no Conselho de Segurança da Simulação da Organização das Nações Unidas 2011, encontrar saídas que possibilitem a resolução pacífica destes imbróglios. O respeito ao Direito Internacional e o apreço pelo diálogo como formas de ação constituem a melhor alternativa ao atual cenário de conflitos que permeiam a região.

Durante os quatro dias de discussão no Conselho de Segurança da SiONU e em uma eventual proposta de Resolução, alguns pontos devem ser tratados pelos senhores embaixadores. A seguir, listamos alguns dos principais temas que merecem a atenção dos negociadores. Longe de representar uma lista exaustiva de tópicos a serem debatidos, temos por propósito apenas sugerir alguns dos assuntos fundamentais ao processo de paz entre árabes e israelenses.

5.2.1) A criação do Estado Palestino e o seu reconhecimento;

Os palestinos desejam estabelecer o futuro Estado tendo como território a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Israel, no entanto, defende que tal Estado seja desmilitarizado e que as fronteiras e o espaço aéreo estejam sob sua supervisão.

¹⁰⁰ Vatolina, L. A Questão Palestina. Revista Mensal de Cultura Política nº 14 - Outubro de 1948.

Ademais, palestinos advogam a necessidade de unir os dois territórios – separados fisicamente – de alguma forma. Pontes, túneis e corredores rodoviários foram algumas das diversas sugestões apresentadas.

No passado a fórmula um “Estado, duas nações” foi sugerida na Assembléia Geral das Nações Unidas. No entanto, os dois lados, assim como Estados Unidos, União Européia e centenas de outros países membros da ONU apóiam a solução baseada na criação de dois Estados que coexistam em paz e harmonia.

Se a criação do Estado palestino ainda carece de negociações quanto às fronteiras, controle do espaço aéreo, condição dos refugiados, status de Jerusalém, etc., a política externa palestina já obteve o reconhecimento formal de quase 100 países.

Por outro lado, Estados Unidos e Israel alegam que a iniciativa unilateral do presidente Mahmoud Abbas de solicitar o reconhecimento do Estado da Palestina às Nações Unidas não contribuirão para a solução do conflito. Defendem a necessidade de maiores negociações entre os palestinos e israelenses ao invés de uma ação unilateral.

A delegação francesa sugeriu que o Estado da Palestina fosse aceito na ONU como Estado observador. A maior parte dos países, contudo, defendem o ingresso imediato dos palestinos como membros com plenos direitos.

5.2.2) O reconhecimento ou o restabelecimento de relações com Israel

Israel exige que seja reconhecido o seu direito à existência e que as suas relações com todos os países membros das Nações Unidas sejam normalizadas, demanda exigida, inclusive, a todas as facções políticas palestinas. Alegam que os ganhos políticos e econômicos oriundos de tal ato seriam benéficos a ambos os lados.

Atualmente Israel não possui relações diplomáticas com 36 países da ONU, 20 dos quais são membros da Liga Árabe. Desta organização, apenas Egito, mediante o Tratado de Paz de 1979¹⁰¹, e Jordânia, através do Tratado de Paz de 1994, mantém relações com Israel.

¹⁰¹ No entanto, as relações entre Israel e Egito seguem tensas após a queda do regime de Mubarak, grande aliado americano e mantenedor de boas relações com o Estado de Israel. A embaixada de Israel neste país foi alvo de

5.2.3) O status de Jerusalém;

O lado palestino advoga ser inegociável o status de Jerusalém Oriental como a capital do Estado da Palestina. Jerusalém Ocidental, por sua vez, continuaria sendo a capital do Estado de Israel.

Israel, entretanto, ocupou a parte oriental da cidade após os conflitos de 1967 – região tradicionalmente de maioria árabe -, onde vem construindo casas e demolindo habitações palestinas. Tais atos vêm sendo constantemente condenados pela comunidade internacional, entre eles pelo Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon.

5.2.4) As fronteiras e os assentamentos

Os palestinos exigem a retirada israelense de todos os territórios conquistados após 1967, assim como a Síria exige a devolução das Colinas de Golã. Israel, por sua vez, retirou todos os assentamentos da Faixa de Gaza, em 2005, além de quatro outros da Cisjordânia.

No entanto, os palestinos exigem a retirada dos demais assentamentos ainda presentes nesta região. Israel, por outro lado, demanda um maior compromisso palestino nas negociações e alega estar cedendo em diversos pontos sem obter retorno em outros. Abbas em diversas ocasiões declarou que deseja contar com os 6.204 km² que totalizam Cisjordânia e Gaza juntas.

5.2.5) A questão dos refugiados;

Ao longo das últimas décadas, 4 milhões de refugiados palestinos foram deslocados do atual Estado de Israel. Os palestinos exigem o retorno deste número, enquanto os israelenses alegam ser impossível comportar tamanho contingente populacional em seu território. Além do mais, o Estado israelense correria o risco de deixar de ser de maioria judaica. Por outro

ataques nos últimos meses. As relações com a Turquia, outro tradicional aliado americano, vem se deteriorando após a morte de nove ativistas turcos em uma flotilha próximo da Faixa de Gaza. O premiê turco Erdogan vem proferindo duros discursos contra Israel, que se recusa a pedir desculpas pelo incidente.

lado, vem se mostrando flexível quanto ao retorno de parte deste contingente ao futuro Estado da Palestina.

5.2.6) Controle pela água

80% do acesso à água da região encontra-se sob administração israelense. De acordo com o anexo 1, a população palestina cresce mais rapidamente do que a israelense. Tendo em vista tal fato, há a preocupação por parte dos palestinos quanto a uma possível escassez de água na Cisjordânia ou em Gaza ou até mesmo de sua utilização como arma política. Os palestinos demandam um acordo sobre a questão.

6) Bibliografia

- Livros

SANTORO, Maurício. “Ditaduras e Democracias na América Latina e nos Países Árabes”. Café História, 2011

HOURANI, Albert. Uma História dos Povos Árabes. São Paulo: Ed. Companhia das Letras 2006.

LEWIS, Bernard. O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SONN, Tâmara. Uma Breve História do Islã. Rio de Janeiro, José Olympio, 2011.

Grande Enciclopédia Delta Larousse, Vol. 11. Rio de Janeiro, Delta S.A., s/d.

MAGNOLI, Demétrio (org.). História das Guerras. 3 ed., São Paulo, Contexto, 2006.

GOMES, Aura Rejane. A Questão da Palestina e a Fundação de Israel. 2001. Tese (Mestrado). Universidade São Paulo.

HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos – 2 ed. - Companhia das Letras.

HOBBSAWN, Eric J. A Era dos Impérios (1875-1914). 8ª Edição. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.

- Documentos:

COQUE, Jose M. G. Alvarez. Trade and Domestic Policies in Open Economy. Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária Sírio, Damasco, 2003. Disponível em:

http://www.fao.org/world/syria/gcpita/training/materials/en/TM_Trade_Dom_Pol_OEcon_1-35.pdf Acessado em: 19 de setembro de 2011.

HINNEBUSCH, Raymond. Syrian Foreign Policy under Bashar al-Asad. Vol. 1, nº 1, Ortadogou Etütleri, 2009. Disponível em: http://www.orsam.org.tr/en/enUploads/Article/Files/2009918_hinnebusch.pdf Acessado em 19 de setembro de 2011.

OTTAWAY, Marina e HAMZAWY, Amr. Protest Movements and Political Change in the Arab World. Carnegie Endowment for International Peace. Washington. 28 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/47903579/Protest-Movements-and-Political-Change-in-the-Arab-World> Acessado em: 30 de agosto de 2011.

Resolução 748 do Conselho de Segurança. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/scres/1993/scres93.htm> Acessado em: 10 de jul. 2011.

Resolução 883 do Conselho de Segurança. Disponível em: Disponível em: <http://www.un.org/Docs/scres/1993/scres93.htm> Acessado em: 10 de jul. 2011.

KATZMAN, Kenneth. The Iran Sanctions Act (ISA). Serviço de pesquisa do Congresso Norte-Americano. 2007. Disponível em: www.fas.org/sgp/crs/row/RS20871.pdf Acessado em: 05 de maio de 2011.

Relatório PNUD 2009. Disponível em <http://www.arab-hdr.org/publications/other/ahdr/ahdr2009e.pdf> Acessado em: 15 de junho de 2011.

Comunicado à imprensa do Conselho de Segurança 10200. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm>

Relatório da Anistia Internacional: “The Battle for Libya: Killings, Disappearances and Torture”. Disponível em: <http://www.br.amnesty.org/?q=node/1523> Acessado em: 17 de agosto de 2011

- **Publicações**

SANTORO, Maurício. As Revoltas e a Democratização do Magreb e do Oriente Médio. Revista Ética e Filosofia Política, nº 13, Vol. 2, Junho de 2011.

GOMES, Aura Rejane. A Questão da Palestina. Departamento de Ciência Política. USP. São Paulo, 2001.

VATOLINA, L. A Questão Palestina. Revista Mensal de Cultura Política nº 14 - Outubro de 1948.

- **Sites**

<http://anovaopressao.blogspot.com/2011/02/apelos-para-uma-revolucao-esta-sexta.html>

Acessado em: 6 de junho de 2011.

<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/-dia-da-ira-na-siria-deixa-55-mortos-20110429.html> Acessado em: 5 de junho de 2011.

<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703833204576114712441122894.html>

Acessado em: 07 de setembro de 2011.

http://article.wn.com/view/2011/08/12/Syria_violence_spreads_to_commercial_capital_Aleppo/ Acessado em: 10 de junho de 2011.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/static/especial/paz_oriente_medio/map/golan_heights.htm

Acessado em: 16 de outubro de 2011.

<http://tribunadonorte.com.br/noticia/primavera-de-damasco-e-repressao/177456> Acessado em: 3 de setembro de 2011.

<http://portuguese.brazil.usembassy.gov/povosiriopt.html> Acessado em: 20 de agosto de 2011

<http://www2.mre.gov.br/doma/siria.htm> Acessado em: 20 de agosto de 2011.

<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/3580.htm> Acessado em: 20 de agosto de 2011.

<http://blogs.mediapart.fr/blog/maxime-azadi/290111/syrie-premiere-immolation-internet-coupe> Acessado em: 15 de junho de 2011.

http://www.dailymotion.com/video/xh2zd7_anti-government-rally-in-syria-17-feb-2011_news Acessado em: 15 de junho de 2011.

<http://www.ikhwanweb.com/iweb/> Acessado em: 15 de junho de 2011.

<http://elderofziyon.blogspot.com/2011/02/syrias-muslim-brotherhood-poised-for.html>
Acessado em 15 de junho de 2011.

<http://www.memritv.org/report/en/5032.htm#edn16> Acessado em: 16 de junho de 2011.

<http://cpj.org/blog/2009/05/qa-syrian-journalist-michel-kilo-after-prison.php> Acessado em: 17 de junho de 2011.

<http://www.syriahr.com/> Acessado em: 17 de junho de 2011

<http://www.muslimhope.com/Alawites.htm> Acessado em: 15 de julho de 2011.

<http://www.turntoislam.com/forum/showthread.php?t=57487> Acessado em: 15 de julho de 2011.

<http://www.gfmag.com/gdp-data-country-reports/167-syria-gdp-country-report.html#axzz1abdEgeFU> Acessado em 26 de agosto de 2011.

<http://www.gfmag.com/gdp-data-country-reports/280-egypt-gdp-country-report.html#axzz1abdEgeFU> Acessado em 26 de agosto de 2011.

<http://www.inwent.org/ez/articles/092447/index.en.shtml> Acessado em: 27 de agosto de 2011.

<http://www.theatlanticwire.com/global/2011/05/rami-makhlouf-man-syrian-regime-distancing-itself/37657/> Acessado em: 27 de agosto de 2011.

<http://weekly.ahram.org.eg/2001/526/re1.htm> Acessado em 16 de julho de 2011.

http://www.abcc.org.uk/db/documents/Syrian_Minister_in_London.pdf Acessado em 16 de julho de 2011.

http://mideast.foreignpolicy.com/posts/2011/01/02/tunisia_s_protest_wave_where_it_comes_from_and_what_it_means_for_ben_ali Acessado em: 30 de agosto de 2011.

<http://www.cbssyr.org/index-EN.htm> Acessado em: 03 de setembro de 2011.

<http://www.cbssyr.org/General%20census/census%202004/General%20census%20tab2.htm>
Acessado em: 03 de setembro de 2011

http://www.unaids.org/en/dataanalysis/monitoringcountryprogress/2010progressreportssubmittedbycountries/syrianarabrepublic_2010_country_progress_report_en.pdf Acessado em: 16 de julho de 2011.

<http://www.undp.org.sy/files/FINAL253.pdf> Acessado em: 16 de julho de 2011.

http://www.mtn.com.sy/un_gc_communication_on_progress_2010_2011.pdf Acessado em: 16 de julho de 2011.

<http://www.cbssyr.org/cpi-2007-EN.htm> Acessado em: 16 de julho de 2011.

<http://revueaverroestest.files.wordpress.com/2011/08/tem-sabbagh-revue-averroc3a8s-n4-5-aoc3bbt2011.pdf> Acessado em: 01 de setembro de 2011.

<http://radiojurnal.canalblog.com/archives/2011/07/23/21664715.html> Acessado em: 01 de setembro de 2011.

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/990498-violencia-na-siria-ja-causou-mais-de-3000-mortes-calcula-onu.shtml> Acessado em: 16 de outubro de 2011.

<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11493&LangID=E> Acessado em 05 de outubro de 2011.

<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10403.doc.htm> Acessado em: 05 de outubro de 2011.

<http://www.piie.com/research/topics/sanctions/libya.cfm> Acessado em: 3 de maio de 2011.

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7484/000546092.pdf> Acessado em: 7 de maio de 2011.

http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/libia2.htm Acessado em: 15 de junho de 2011.

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2011/02/27/queda-do-regime-de-kadafi-na-libia-pode-implodir-missoes-de-paz-na-africa-alterar-status-quo-no-continente-923891236.asp> Acessado em: 7 de maio de 2011.

<http://www.onu.org.br/tpi-emite-mandado-de-prisao-contrakadafi-por-crimes-contraa-humanidade/> Acessado em: 27 de junho de 2011.

http://www.nato.int/cps/en/SID-BA6B95AB-CF1AF52E/natolive/topics_71652.htm? Acessado em: 7 de setembro de 2011.

<http://www.onu.org.br/onu-pede-aconselho-de-seguraca-liberacao-de-bens-libios-para-autoridades-de-transicao/> Acessado em: 26 de agosto de 2011.

<http://www.onu.org.br/libia-onu-pede-que-direitos-humanos-sejam-respeitados/> Acessado em: 7 de outubro de 2011.

http://www.nato.int/cps/en/SID-BA6B95AB-CF1AF52E/natolive/topics_71652.htm? Acessado em: 7 de setembro de 2011.

- **MAPAS E GRÁFICOS**

<http://israelipalestinian.procon.org>

<http://www.mideastweb.org/maps.htm>

<http://blog.jario.co/2011/humanidade/mapa-palestina-israel-pre-1967/attachment/mapa-pre-1967-palestina-israel/>

[http:// news.bbc.co.uk](http://news.bbc.co.uk)

http://mapsof.net/uploads/static-maps/yom_kippur_war_map.png

7) ANEXOS

7.1) Anexo 1

Evolução da composição populacional da Palestina no último século, a partir de fontes árabes e israelenses.

Fonte: Retirado integralmente de <http://israelipalestinian.procon.org>

II - Israel / Palestine: Arab / Jewish Population (1914-2005)

III- Jerusalem: Jewish, Muslim, and Christian Population (1910-2005)

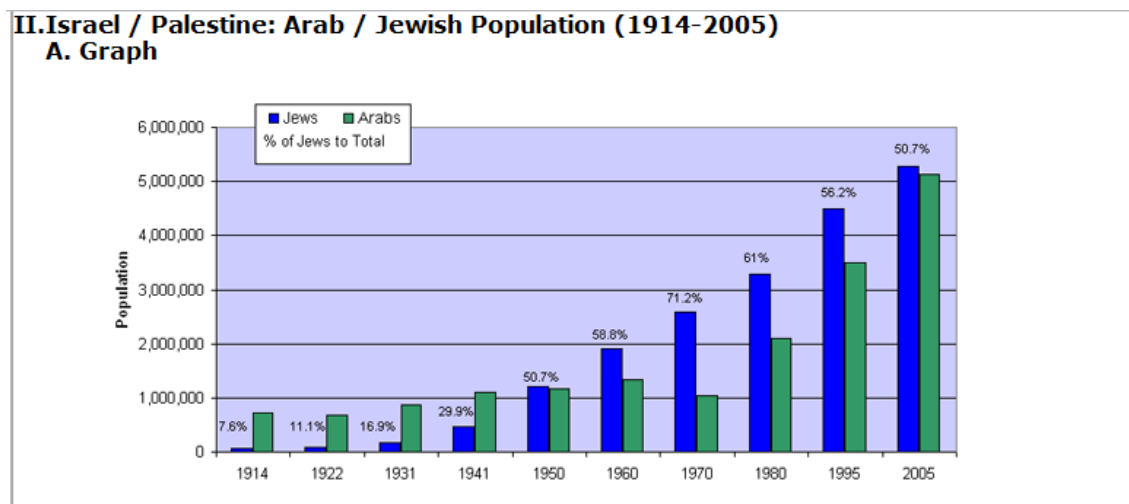
IV- Palestine: Arab / Jewish Population (1914-1946)

V- Israel: Arab / Jewish Population (1949 - 2006)

VI- West Bank & Gaza Strip: Arab Population (1950 - 2005)

VII- By Area: Arab / Jewish Population (2006)

VIII- Population Projections: Israel / Palestine Population (2020-2050)



II. Israel / Palestine: Arab / Jewish Population (1914-2005)

B. Chart

Year	Jews	Arabs	Total	% of Jews to Total
1914	60,000	731,000	791,000	7.585%
1922	83,790	668,258	752,048	11.141%
1931	174,606	858,708	1,033,314	16.897%
1941	474,102	1,111,398	1,585,500	29.902%
1950	1,203,000	1,172,100	2,375,100	50.650%
1960	1,911,300	1,340,100	3,251,400	58.783%
1970 *	2,582,000	1,045,000	3,627,000	71.188%
1980	3,282,700	2,100,000	5,382,700	60.986%
1995	4,495,100	3,506,900	8,002,000	56.173%
2005	5,275,700	5,139,100	10,414,800	50.656%

Sources & Notes:

Sources by Year:

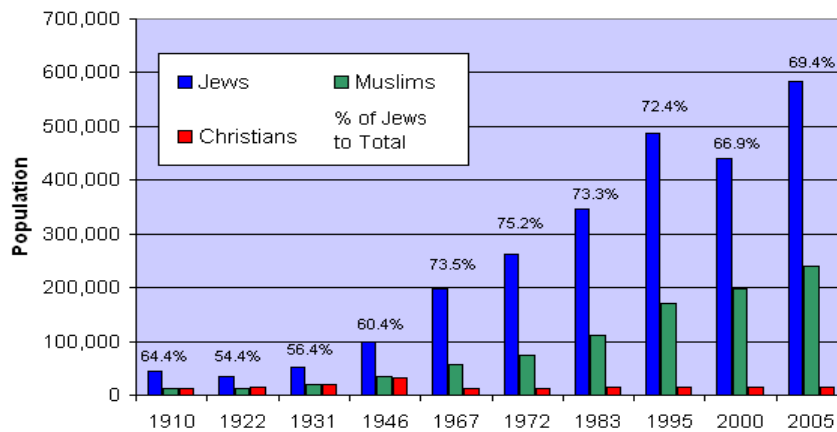
- 1914 [Justin McCarthy](#) ★ ★ ★ *The Population of Palestine*, 1990
- 1922 & 1931 [British Census](#) ★ (Census conducted by the British Mandate Government.)
- 1941 [Esco Foundation](#) ★ *Palestine: A Study of Jewish, Arab, and British Policies Vol. 1*, p.46, Yale University Press, 1947
- [Israeli Central Bureau of Statistics](#) ★ "Statistical Abstract of Israel 2007: Population, by Religion," ICBS website accessed on May 6, 2010

Notes:

- * Decrease in the Arab population between 1960 and 1970 due to Arab refugees from the 1967 War.

III. Jerusalem: Jewish, Muslim, and Christian Population (1910-2005)

A. Graph



III. Jerusalem: Jewish, Muslim, and Christian Population (1910-2005)

B. Chart

Year	Jews	Muslims	Christians	Total	% of Jews to Total
1910	45,000	12,000	12,900	69,900	64.377%
1922	34,000	13,500	14,600	62,500	54.4%
1931	51,000	19,900	19,300	90,500	56.353%
1946	99,300	33,700	31,400	164,400	60.401%
1967	196,800	58,100	12,900	267,800	73.487%
1972	261,100	74,400	11,800	347,300	75.179%
1983	346,700	112,100	13,900	472,700	73.345%
1995	486,600	171,700	13,900	672,200	72.389%
2000	439,600	196,900	14,200	657,500	66.859%
2005	582,700	240,900	15,700	839,300	69.427%

Sources & Notes:

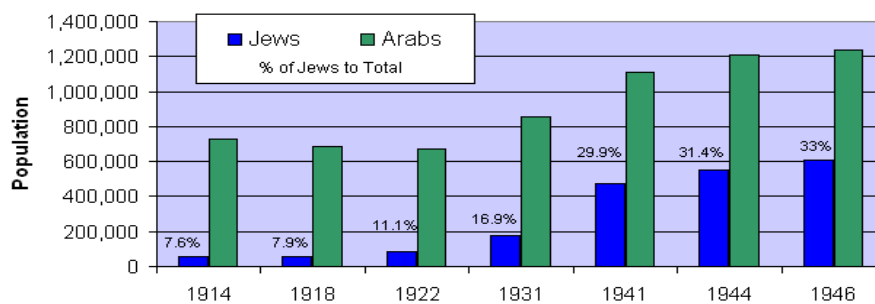
Sources by

Year:

- 1910 Bernard Wasserstein☆☆☆ *Divided Jerusalem*, p.46, Yale Nota Bene, 2002
- 1922 & 1931 British Census★ (Census conducted by the British Mandate Government.)
- 1946 & 1967 Bernard Wasserstein☆☆☆ *Divided Jerusalem*, p.46, Yale Nota Bene, 2002
 "Account should be taken of the changes in the municipal boundary of Jerusalem over the past century. Apparent discrepancies in the 'total' column reflect the presence of small numbers of persons whose religion was classified as 'other' or 'unknown.'"
- 1972 - 2005 Israeli Central Bureau of Statistics★ "Statistical Abstract of Israel 2007: Population by district, sub-district and religion," ICBS website accessed on Sep. 20, 2007

IV. Palestine: Arab / Jewish Population (1914 - 1946)

A. Graph



IV. Palestine: Arab / Jewish Population (1914 - 1946)

B. Chart

Year	Jews	Arabs	Total	% of Jews to Total
1914	60,000	731,000	791,000	7.585%
1918*	59,000	688,000	747,000	7.898%
1922	83,790	668,258	752,048	11.141%
1931	174,606	858,708	1,033,314	16.897%
1941	474,102	1,111,398	1,585,500	29.902%
1944	554,000	1,211,000	1,765,000	31.388%
1946	608,225	1,237,334	1,845,559	32.956%

Sources & Notes:

Sources by

Year:

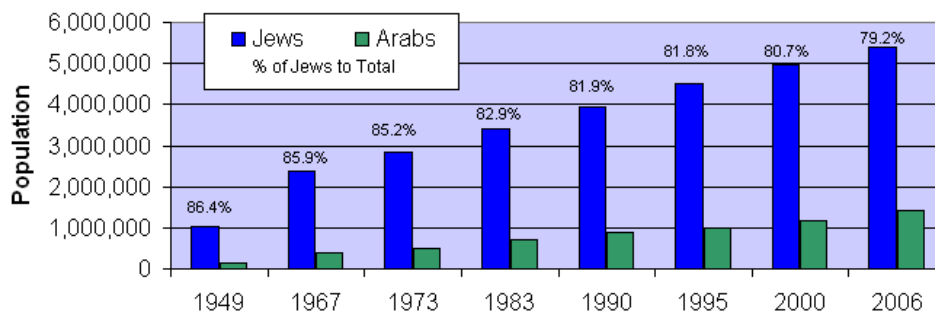
- 1914 - 1918 [Justin McCarthy](#) ★★ ★ *The Population of Palestine*, 1990
- 1922 & 1931 [British Census](#) ★ (Census conducted by the British Mandate Government.)
- 1941 [Esco Foundation](#) ★ *Palestine: A Study of Jewish, Arab, and British Policies Vol. 1*, p.46, Yale University Press, 1947
- 1944 [Anglo-American Committee of Inquiry](#) ★ Chapter IV: Population, April 20, 1946
- 1946 [United Nations](#) ★ General Assembly, A/364, "UNSCOP Report to the General Assembly," September 3, 1947

Notes:

- * Decrease in population due to WWI and famine.

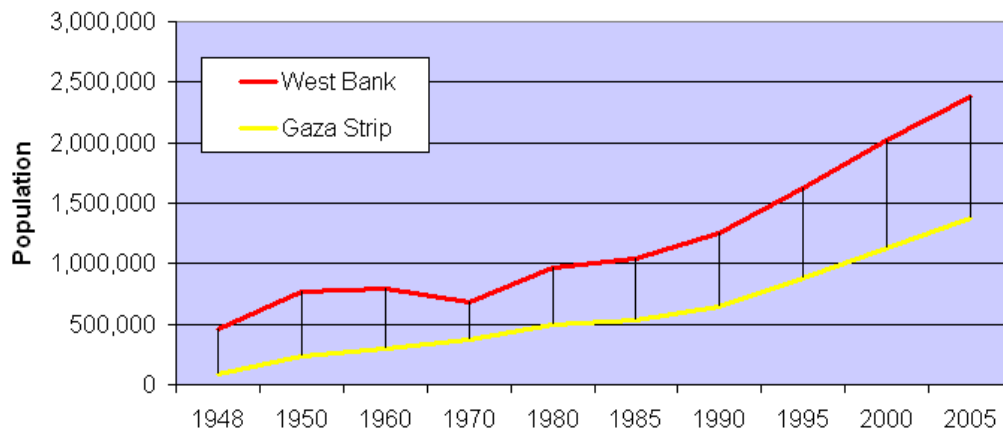
V. Israel: Arab / Jewish Population (1949 - 2006)

A. Graph



VI. West Bank & Gaza Strip: Arab Population (1948-2005)

A. Graph



VI. West Bank & Gaza Strip: Arab Population (1948-2005)

B. Chart

Year	West Bank	Gaza Strip
1948	462,100	82,500
1950*	765,000	240,000
1960	799,000	302,000
1970**	677,000	368,000
1980	964,000	497,000
1985	1,044,000	532,288
1990	1,254,506	642,814
1995	1,626,689	875,231
2000	2,020,298	1,132,063
2005	2,385,615	1,376,289

Sources & Notes:

Sources by

Year:

1948 [Wael R. Ennab](#) ★★☆☆ "Population and Demographic Developments in the West Bank and Gaza Strip until 1990," Study prepared for the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 28 June 1994

1950 - 1980 [Justin McCarthy](#) ★★☆☆ "Palestine's Population During the Ottoman and the British Mandate Periods," 2001

1985 - 2005 [U.S. Census Bureau](#) ★ "International Data Base (IDB), Country Summary: West Bank and Gaza Strip," accessed online Sep. 19, 2007

Notes:

* Increase in the Arab population due to Palestinian Refugees from the territory of the new state of Israel to the West Bank and Gaza Strip during the first Arab-Israeli War (1948-1949).

VII. By Area: Arab / Jewish Population (2006)

B. Chart

	Israel	West Bank	Gaza Strip	Total
Jews	5,137,800 ¹	255,600 ¹	0 ¹	5,393,400 ¹
Arabs	1,439,700 ¹	2,460,492 ²	1,428,757 ²	5,328,949

Sources & Notes:

¹ [Israeli Central Bureau of Statistics](#) ★ "Statistical Abstract of Israel 2007: Population by district, sub-district and religion," ICBS website accessed on Sep. 20, 2007

Starting in 1995, the Israeli Central Bureau of Statistics (CBS) defined "Arabs" as a group including, Druze, Arab Christians, and Muslims. Since the year 2000 the CBS also included 2,700 Lebanese not classified by religion.

² [U.S. Census Bureau](#) ★ "International Data Base (IDB), Country Summary: West Bank and Gaza Strip," accessed online Sep. 19, 2007

VIII. Population Projections: Israel / Palestine (2020-2050)

B. Charts

1. ISRAEL - ARABS / JEWS (2020 & 2050 PROJECTIONS)

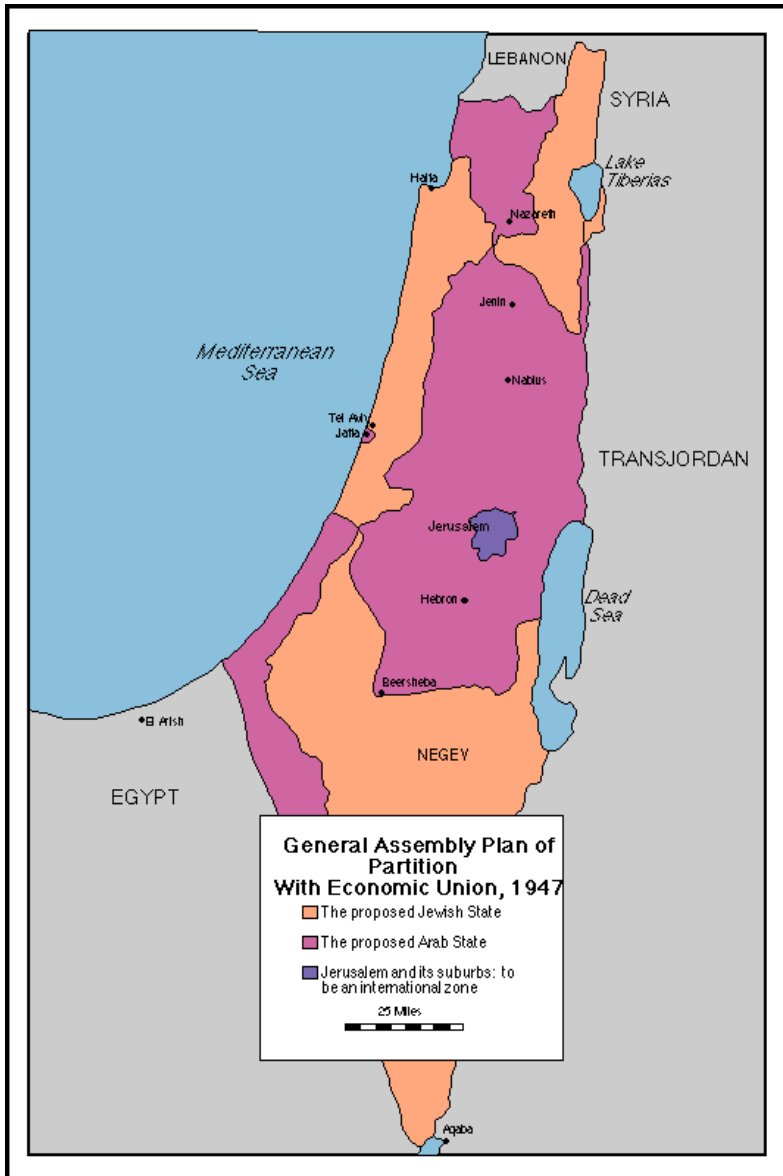
	<i>Jews</i>	<i>Arabs</i>
2020	6,697,000	1,976,000
2050	8,780,000	3,121,000

2. ISRAEL, WEST BANK, & GAZA (2025 & 2050 PROJECTIONS)

	<i>Israel</i>	<i>West Bank & Gaza</i>
2025	8.8 million	6.2 million
2050	11.2 million	9.3 million

7.2) Anexo 2

A PARTILHA DA PALESTINA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 181



Países que votaram a favor da Resolução 181: Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielorrússia, Canadá, Costa Rica, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Equador, França, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Suécia, Ucrânia, África do Sul, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

Países que foram contrários: Afeganistão, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita, Síria, Turquia, Iêmen.

Países que se abstiveram: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido, Iugoslávia.

Plano para a partilha da Palestina levado a cabo pela
Resolução 181

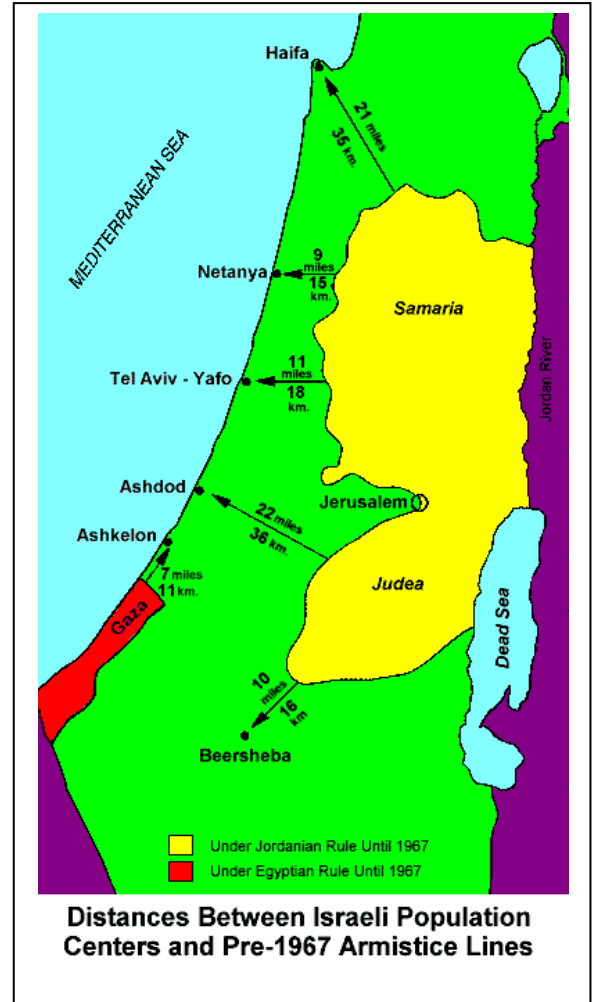
Fonte: <http://www.mideastweb.org/maps.htm>

7.3) Anexo 3

A PALESTINA PÓS-PRIMEIRA GUERRA ÁRABE-ISRAELENSE

(MAPA ENTRE 1949-1967)

Fonte: <http://blog.jario.co/2011/humanidade/mapa-palestina-israel-pre-1967/attachment/mapa-pre-1967->



7.4) Anexo 4

A PALESTINA PÓS-1967



Fonte: news.bbc.co.uk

7.5) Anexo 5

A PALESTINA PÓS-GUERRA DO YOM KIPPUR

Fonte: http://mapsof.net/uploads/static-maps/yom_kippur_war_map.png

